Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

ANO II — N.º 28 — 1/7 a 15/7/75 — QUINZENAL — 3$50
DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MARÍLIA GOUVEIA — AVENÇA

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

INTER-EMPRESAS: QUE FUTURO?

A LUTA DAS INTEREMPRESAS CONTRA O OPORTUNISMO

A Interempresas é uma organização de trabalhadores surgida após o 25 de Abril resultante da necessidade sentida pelos camaradas de muitas empresas e fábricas em unir esforços na sua luta contra a exploração capitalista.

O alheamento e a traição dos sindicatos, face à luta da classe operária, levou algumas Comissões de Trabalhadores bem como muitos camaradas que defendem os princípios da LUTA DE CLASSES, a encontrar-se regularmente para discussão das suas lutas e organização da solidariedade entre si contra a burguesia e os seus lacaios no seio do MOVIMENTO OPERÁRIO.

A crescente vaga de desemprego, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, e outras ameaças e sacrifícios desumanos que pesam sobre os trabalhadores, exigiram da Interempresas uma actuação decidida, que culminou em 7 de Fevereiro com a realização de uma grande manifestação operária em que participaram cerca de 30 000 trabalhadores. Esta manifestação que se realizou no último dia das manobras agressivas da N.A.T.O. em Portugal, foi também uma grande jornada de luta contra o imperialismo norte-americano.

Esta manifestação vitoriosa desmascarou completamente a actuação da maioria dos sindicatos que existem em Portugal, bem como da Intersindical, que tudo fizeram para calunir e desprestigiar os camaradas promotores da manifestação. Embora existisse uma proibição governamental, os camaradas souberam passar por cima dela e impor-se firmemente às intimidações da burguesia e seus lacaios, o que constituiu uma grande vitória na luta contra o desemprego e a ameaça imperialista.

Após o 7 de Fevereiro verificou-se da parte de muitos camaradas uma progressiva deserção da Interempresas com o consequente enfraquecimento de um órgãos que é vital para a organização da luta da classe operária e restantes trabalhadores oprimidos.

A Interempresas é uma organização necessária, tanto mais que o desenvolvimento da política de fascização social da burguesia tende cada vez mais à integração dos actuais sindicatos no seu aparelho de estado, ao mesmo tempo que é intensificada a repressão sobre os revolucionários nas fábricas e empresas.

A análise dessas posições que na Interempresas vem sendo feita, revela que alguns camaradas que participaram no trabalho até 7 de Fevereiro, e que após essa data o abandonaram, bem como o comportamento de algumas organizações políticas na preparação dessa jornada de luta, teve um carácter oportunista pois visava fundamentalmente a obtenção de louros para essas organizações, e não o fortalecimento de uma corrente sindical que sirva efectivamente a classe operária, na conquista das suas reivindicações e desenvolvimento da sua organização sindical.

A actuação sectária desses camaradas veio a agravar-se com a euforia do período eleitoral, que conduziu muitos deles ao abandono e comprometimento do trabalho sindical e da organização da classe em benefício da burguesia, e do reforço dos revisionistas nas fábricas e empresas, nas comissões de trabalhadores e sindicatos.

A Interempresas responsabiliza essas organizações pelo enfraquecimento da corrente sindical revolucionária no nosso país.

Os militantes da Interempresas declararam desde já que prosseguirão na luta pela organização de estruturas de acção sindical verdadeiramente ao serviço da classe operária e restantes trabalhadores oprimidos em todas as fábricas e empresas, reunindo todos os camaradas sinceramente dispostos a prosseguir na luta contra o capitalismo e que já compreenderam a natureza nefasta do reformismo e do revisionismo.

A unidade e a luta de todos os revolucionários que tenham consciência da inutilidade dos actuais sindicatos em processo de fascização, constitui, quanto a nós, a plataforma decisiva para a construção de uma corrente sindical de classe no nosso país. Esta concepção opõe-se evidentemente ao sectarismo das organizações políticas que embora condenem o revisionismo em palavras, na prática vêm criando cada uma o seu próprio Grupo de Acção Sindical, ou as suas próprias Oposições Sindicais com vista à conquista das direcções dos sindicatos, do que resulta o consequente enfraquecimento das suas forças face ao inimigo principal, o revisionismo, e a criação de ilusões na classe acerca dos actuais sindicatos em vias de fascização.

Verifica-se também que esses camaradas incorreram num grave erro, ao confundirem os sindicatos e outras organizações sindicais com as suas próprias organizações políticas, de que resulta inevitavelmente o seu isolamento, dado que se trata de organizações que não estão reconhecidas pelas largas massas sindicalizadas, constituindo assim atitudes claramente contrárias aos princípios da unidade na luta sindical da classe.

RESUMO E CONCLUSÕES DA REUNIÃO DA INTEREMPRESAS REALIZADA NO PASSADO DIA 4-8-75

Foram recolhidas informações sobre a luta dos camaradas Electricistas à volta da contratação Vertical no Sector da Construção Civil, sobre a luta pelo saneamento na DIALAP e sobre os trabalhadores de serviço da MELKA face à contratação vertical.

«Nos Electricistas do Sul, dada a linha errada que o sindicato está a seguir em relação à contratação vertical no sector da Construção Civil, os delegados sindicais recusaram o projecto elaborado nas suas costas e aprovaram a formação de um grupo que iria fazer as alterações do clausulado, que seriam apresentadas aos delegados numa reunião de sector.

Como não foi posto em prática o que tinha sida deliberado e aprovado, os delegados enviaram um abaixo assinado (110 assinaturas) para a realização duma reunião geral dos Electricistas da Construção Civil no prazo de oito dias a contar da recepção do abaixo assinado».

UM DELEGADO DA SOTÉCNICA

(Continua na pág. 7)

TLP: GREVES E OCUPAÇÕES

SINDICATO DOS TELEFONISTAS DE LISBOA

COMUNICADO

Lisboa, 24/6/75

CAMARADAS:

Foi na luta e é na unidade que caminhamos para a Vitória.

Neste momento o nosso diferendo está a ser resolvido favoravelmente nas altas esferas deste País?

A classe operária vencerá.

O Sr. Ministro não nos recebe, a administração diz que o problema os ultrapassa, o COPCON promete ajuda...

E então?

Diz-se que o nosso patrão é o povo, e parece-nos que é no mesmo nome — o Povo — que este Senhor Ministro se recusa a receber os dirigentes deste Sindicato. Que esperam eles? Pensam dividir-nos?

Não conseguirão.

Pensam enganar-nos?

Não conseguirão.

Pensam aliciar-nos? NÃO, NÃO camaradas, não nos vendemos.

Nós somos uns dos tantos operários desta empresa e deste país e a classe operária não se vende, não se engana, não se divide.

No dia de hoje demos os seguintes passos:

Encetou este Sindicato as «démarches» necessárias para a resolução do nosso problema.

Desde sábado de manhã ficámos no Sindicato à espera de qualquer telefonema das entidades que podem dar solução ao mesmo.

Na segunda-feira dividimos duas equipas que se deslocaram, uma para o COPCON e outra para o Ministério onde nos haviam dito que seríamos recebidos.

No COPCON fomos recebidos pelo Major Pena que depois de estar reunido com o General Otelo Saraiva de Carvalho nos informou que iria deslocar-se à administração para tentar resolver o problema.

No Ministério quando se deslocou um grupo de 6 directores, ficaram desde as 9 horas da manhã até às 11.30 horas, quando se retiraram ao fim deste tempo por lhe ter sido comunicado que o Sr. Ministro não os receberia.

Nesta conformidade deslocámo-nos à administração onde estava reunido com os administradores o Major Pena. Esgotadas as nossas possibilidades de outros contactos, retirámo-nos para o Sindicato onde ficámos aguardando qualquer informação do Major Pena, do Ministério ou da administração.

Às 13.45 horas conseguimos contactos telefónicos com o Coronel Mateus da Silva que nos comunicou não ser possível à administração atender a tabela salarial que reivindicamos.

Atendendo a que uma greve geral é incompatível na medida em que temos de salvaguardar os casos de emergência, foi deliberado em reunião com os Delegados Sindicais continuar a partir das 8 horas do dia 24 a mesma forma de greve que vínhamos fazendo, decidimos também proceder ao corte do 12 e 16 sendo as chamadas para estes números encaminhadas para o 13. Ficou também aprovado a ocupação das instalações durante as 24 horas de cada dia ficando esta ocupação assegurada pelos PIQUETES DE GREVE.

PORTANTO CAMARADAS MAIS UMA VEZ É NECESSÁRIO LUTARMOS UNIDOS PARA PODERMOS ALCANÇAR A VITÓRIA, A LUTA É DURA MAS A CLASSE OPERÁRIA É INVENCÍVEL.

PELA LUTA
PELA UNIDADE
PELA VITÓRIA

A DIRECÇÃO

NORMAS DE EXECUÇÃO DA GREVE COM OCUPAÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO

TERÇA-FEIRA, 24/6/75 às 8 horas — Os Comités de Greve já eleitos ou a eleger devem organizar a greve e assegurar a ocupação das instalações durante as 24 horas do dia.

— Aos locais de trabalho só tem acesso os trabalhadores afectos ao local e os Comités de Greve Móveis que serão reconhecidos por uma credencial passada pelo Sindicato.

— Os delegados sindicais devem indicar à COMISSÃO COORDENADORA DE GREVE se tem falta ou em excesso camaradas para quaisquer tarefas que se apresentem para execução.

— Os Comités de Greve devem elaborar ESCALAS DE SERVIÇO PERMANENTE nos seus locais de trabalho.

— Os horários de ocupação são controlados pelos Comités de Greve devendo os trabalhadores NÃO ACEITAR O CONTROLO DA CHEFIA.

— Durante a greve os camaradas deverão reunir e discutir assuntos da classe aproveitando o tempo disponível da melhor forma.

— Os Comités de Greve e os delegados sindicais é que deverão ser o elo de ligação entre os diversos locais e a Comissão Coordenadora.

— Qualquer problema verificado pelos camaradas deverá ser comunicado imediatamente ao Comité de Greve ou ao delegado sindical respectivo.

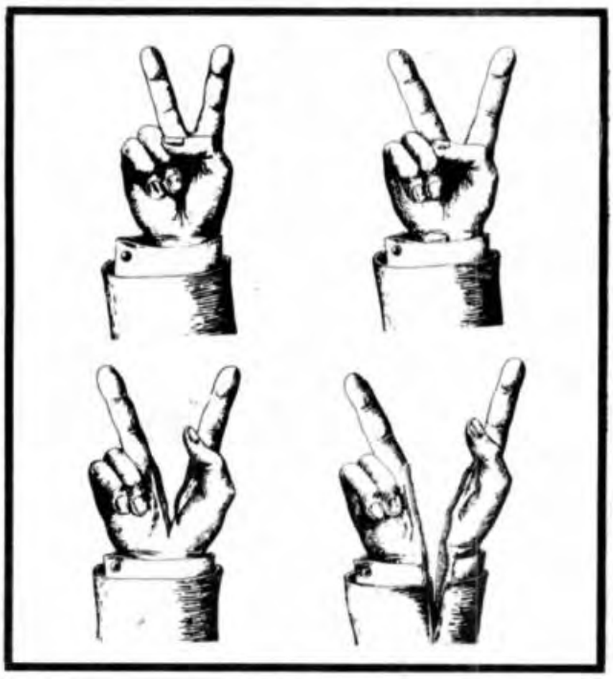
OS NÚMEROS DE TELEFONE DA COMISSÃO COORDENADORA DE GREVE SÃO:

60 30 11, 60 31 11, 60 32 11, 60 33 11, 60 36 11, 60 37 11, e 60 38 11

A GREVE CONTINUA — VIVA A CLASSE OPERÁRIA.

PELA LUTA
PELA UNIDADE
PELA VITÓRIA

PELA COMISSÃO COORDENADORA DE GREVE



NESTE NÚMERO

EDITORIAL: O ESTADO DA INFORMAÇÃO E A INFORMAÇÃO DO ESTADO — Pág. 3

MANIFESTO DOS TRABALHADORES DO «REPÚBLICA»

JORNALISTAS DO «DIÁRIO DE LISBOA»: SÓ A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA — Pág. 2

DESEMPREGADOS DE ÉVORA: A OUTRA FACE DO TRABALHO ASSALARIADO — Pág. 7

SOLDADOS PRESOS EM ANGOLA: OS PORQUÊS — Pág. 8

MESA-REDONDA: NACIONALIZAÇÕES

ENTREVISTA NA COVILIMPAL — Págs. 4 e 5

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

JORNALISTAS DO «DIARIO DE LISBOA»: «SÓ A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA»

Um grupo de jornalistas do «DIARIO DE LISBOA», enviou à Mesa da Assembleia Geral Extraordinária do nosso Sindicato, na sua sessão de 6 do corrente, um texto de que foi dado conhecimento aos presentes.

Em consequência de votação da Assembleia, a Direcção envia a todos os sócios o texto do referido documento, que é o seguinte:

«Jornalistas do «Diário de Lisboa», que conhecem por dentro os métodos de trabalho da casa e se habituaram, ao longo dos anos a comparar as proclamações ideológicas com a prática dos dirigentes políticos do jornal, julgam conveniente voltar a chamar hoje a atenção dos leitores para o documento publicado na 1.ª página de 5 de Junho, sob o título de «Estatuto Editorial»: fazem-no invocando o seu direito à expressão do que pensam e o direito dos leitores a poderem avaliar do estatuto do que lêm.

O «Estatuto Editorial» que o «Diário de Lisboa» exibiu, obedecendo formalmente à Lei de Imprensa, é, no nosso entender, o mais perfeito e oportuno exemplo do «dirigismo» e da «demagogia de expressão» que o próprio documento considera «formas coercivas e manipuladoras da opinião».

Se outros argumentos não houvesse, as evidentes ambiguidades e armadilhas do texto obrigar-nos-iam já a um esclarecimento ditado pela verdade da nossa profissão de jornalistas: a verdade e a clareza que procuramos, e nem sempre nos deixam atingir, no contacto com os leitores.

Nas primeiras manipulações terá caído logo a Comissão de Delegados dos Trabalhadores, que deu o seu aval a um texto, aparentemente aceitável, redigido numa linguagem tão «revolucionária» que perante ela toda a oposição ou reserva pareceriam reaccionárias. E o medo voltou a reinar aqui.

O «Diário de Lisboa» é hoje, com toda a evidência ou apesar dela, um jornal não-democrático, dependente e partidário, que se faz passar por democrático, independente e apartidário: as razões do disfarce, a que nem o regime nem nenhuma lei o obriga, são políticas e comerciais. E com disfarces não pactuam os abaixo-assinados.

O «Estatuto Editorial» não é uma mera formalidade exigida na lei: é o padrão que nos fará trabalhar ou deixar de trabalhar desta ou daquela maneira. Se os dirigentes do jornal aplicassem a democracia que apregoam, o Estatuto deveria ter sido apresentado e discutido em assembleia geral de empresa ou em plenário da Redacção, onde persiste e resiste à marginalização uma minoria de trabalhadores em que se incluem, entre outros, os que assinam este esclarecimento.

O Estatuto foi publicado, cumprindo a legalidade formal mas à revelia de parte dos interessados, 24 horas antes de uma reunião geral de Redacção em que certamente viria a ser contestado, talvez sem qualquer êxito.

O «Diário de Lisboa» é um jornal dependente: depende do capital bancário nacionalizado e da política do funcionário ou político que o administra e condiciona os créditos que permitem o funcionamento da empresa.

É falso que o jornal tenha «54 anos de actividade democrática e independente»: jornal burguês liberal, durante o fascismo muitas vezes com ele pactuou, por táctica, complacência ou imposição consentida; um golpe final acorrentou o a um bando de oportunistas, hoje saneados, e à banca monopolista, hoje nacionalizada.

É falso que o jornal seja «apartidário»: depois de Maio de 1974, é evidente para todos os leitores que a orientação informativa do jornal, ressalvando a aparência de um pluralismo que funciona como alibi e não como princípio, reflecte os interesses e opiniões do feixe de forças políticas afectas aos partidos reformistas, em especial ao Partido Comunista Português, aplicando objectivamente, na paginação, nos títulos, nos artigos opinativos e nos assuntos noticiosos escolhidos, a concepção do mundo e das coisas que é a da burocracia dominante.

O jornal defende, desde ontem, um «pluralismo revolucionário em todas as suas expressões significativas». É esta a norma fundamental do Estatuto, porque deixa ao arbítrio e ao interesse de quem manda a especificação, caso a caso, linha a linha, do critério do que é revolucionário e do que é «contra-revolucionário», e talvez «objectivamente aliado à reacção». Pior: a escolha do que é «expressão significativa» e do que será reduzido à insignificância.

Um partido sem deputados, um movimento apartidário ou uma luta de 30 trabalhadores pelas 40 horas poderão ser «insignificativos», «contra-revolucionários» e expulsos das colunas: os leitores não saberão deles, talvez para que no silêncio, na desinformação e na mentira completem a sua «formação cívica».

Mas só a verdade é revolucionária e nos queremos, aqui mesmo e apesar de tudo, lutar por ela, para a podermos dizer toda.

Aqui fica o aviso aos leitores: o «Estatuto Editorial» que viram não é o do jornal que lêm; e o jornal que lêm não é o de todos os jornalistas que o fazem, pressionados, censurados, marginalizados como os que a seguir se assinam (que outros estão ausentes ou presos)».

Lisboa, 9 de Junho de 1975.

A Direcção

MANIFESTO DOS TRABALHADORES DO «REPÚBLICA»

A TODOS OS TRABALHADORES POBRES E EXPLORADOS DE PORTUGAL

Os trabalhadores do «República» são um grupo de trabalhadores obscuros entre todos os trabalhadores portugueses e que na actual crise da informação em Portugal, reagem às correntes do oportunismo geral: não obedecem a ordens vindas, não sendo autorizados a nenhum partido, não são de nenhuma irmandade.

Assumiram uma responsabilidade exclusiva com todos os explorados de Portugal e talvez para que a informação seja uma acção colectiva.

Temos a felicidade de pertencer unicamente à nossa própria classe e ao nosso próprio trabalho e lutamos contra a propaganda que visa dividir os trabalhadores explorados de Portugal em vários partidos, em vários partidos, em várias poderes, em várias irmandades.

É nessa crise geral que provocam alguns partidos que tentam, de conciliações que atingem a traição, de e de tiberacias que negam a corrupção. Uma informação prostituída ao serviço de partidos deverá sair a alegação de pluralismo, só pode contribuir para a dissolução da sociedade, arrastando-a para a indiferença e para a reclamação.

LIBERDADE A PARTIR DA BASE

Defendemos, perante todos os trabalhadores portugueses que para a construção de uma verdadeira sociedade socialista, a informação deve visar a transformação da classe trabalhadora, de uma classe explorada e dirigida, para se tornar numa classe dirigente, este vez dos seus organismos de base, cada vez mais consciente, mais responsável e mais livre.

O jornal «República», deve ser um destes organismos no contexto geral da informação.

É nesse sentido que lutamos contra qualquer ingerência partidária, contra a ingerência da ditadura de companheiros que o P.S. pretende instalar.

Defendemos um «República», numa perspectiva criadora, um jornal continuadamente confrontado com a prática e corrigido pela prática. A nossa direcção que pretendemos efectuar provou já, não ter idoneidade

CONTRA O ESPONTANEISMO DA REVOLUÇÃO

Defendemos que a informação não pode ser nunca concepção espontaneísta da Revolução.

Não basta que pessoas colocadas concretas de luta — caso actual do «República» — surjam conteúdos de trabalhadores que após o desaparecimento dessa situação de luta, desaparecem também.

As comissões de trabalhadores têm de se tornar organismos estáveis, unitários e de base, enquadrados pela vanguarda proletária surgida da luta, que de

O «REPÚBLICA» CAIRA NAS MÃOS DE UMA CÚPULA DE FALSA GRANDEZA

Os trabalhadores do «República» não querem permitir que o País continue a manter-se unicamente pelos suprimentos provenientes de explorações sucessivas. Como trabalhadores da informação queremos um jornal que ajude os portugueses a saber, clareiras dos seus direitos e da sua dignidade, contrariamente aos demagogos e oportunistas que pretendem-nos fazer ao balcão pela liberdade que não sabem amar e por um programa socialista que não sabem ler.

O jornal «República» entra nas mãos de uma cúpula de falsa grandeza, de falsa lucidez, com uma

O PODER DA INFORMAÇÃO AOS TRABALHADORES

Declaramos a todos os trabalhadores portugueses, que lutamos para que a classe trabalhadora possa controlar o poder da informação.

Declaramos que a classe trabalhadora tem que interferir nas decisões que dizem respeito à produção de comunicação social e à sua distribuição.

Declaramos que o socialismo não se faz para que se atingam lugares «cimeiros» do jornal, sem que se transformem o trabalho e as condições em que o mesmo é efectuado.

Declaramos que na informação não os trabalhadores que têm de poder determinar que o fruto do seu trabalho — o jornal — seja aplicado aos realizações que dizem respeito à transformação do homem e da vida e não em objectivos ilícitos dos políticos em privilégios de minorias corruptas ou em enfeudamento aos partidários.

Declaramos finalmente que a decisão de nossa luta parte do nosso local de trabalho e sobe gradualmente até à centralização necessária, no momento oportuno (o não particularizar dos trabalhadores, explorados e pobres do Portugal, que nas fábricas, nos campos, nos portos de pesca, nos serviços e nos transportes, lutam por uma Revolução ao serviço dos trabalhadores e não ao serviço de meia dúzia de ambições de poder e de outras formas traições aos soldados verdadeiramente revolucionários.

Lisboa, 11 de Junho de 1975.

O PODER DA INFORMAÇÃO E DA ECONOMIA NAS MÃOS DOS TRABALHADORES

Não trabalhadores do «República», somos conscientes de que estamos numa sociedade a que falta cultura e educação, a que falta portanto, uma política de informação que em vez de mostrar as classes trabalhadoras explorados e pobres, fora dá o poder da inteligência e da economia.

Não, não queremos uma informação ao serviço das demagogias autoritárias vindas-se em contra e número provisível dos liberdades. Sabemos que é das profundidades demagógicas que saem sempre a partícula social ou trauma.

É nesta o caminho profícico de proceder a uma remodelação completa de nossa política de informação, criando uma informação nas mãos das classes trabalhadoras, independente de todos os comprometidos e de todas as solidariedades partidárias, transparente

uma informação de desaforo e de redistribuição, nas mãos dos explorados e dos pobres.

Como sabe (sabemos), algumas burguesia portuguesa, que antes do 25 de Abril estava em parte a favor dos explorados e dos pobres, quando viram não haver por sentimento político, no caso e nas armas, na para consolidação de futuras alianças, esta foi burguesia abandonou pouco a pouco a sua atitude, para hoje, após os revezes do 28 de Setembro e do 11 de Março, assumir formas doutrinas dirigistas, proteccionistas e autoritárias.

Antifascistas de antes do 25 de Abril, transformaram-se em autoritarias após o 11 de Março, pretendendo usurpar a informação para melhor manterem nas classes exploradas a sua ideologia de classe dominante. Os optimistas do 11 de Março estão perfei-

CINEMA: DEUS PÁTRIA AUTORIDADE...

Cópia da carta enviada ao Ministério do Trabalho, Instituto Português de Cinema e COPCON.

Lisboa, 12 de Junho de 1975

Os signatários, Rui Simões (realizador), Luís Martins (sonoplasta), Rui Paulo da Cruz (jornalista) e Manuela Serra (montadora), são trabalhdores que deram a sua força de trabalho para a execução do filme «DEUS PÁTRIA AUTORIDADE», neste momento quase terminado, e vêm por este meio dar conhecimento oficial de um conflito surgido com a Entidade Patronal, o produtor de cinema Sr. Acácio de Almeida.

Postos perante o impasse na recusa do referido produtor ao pagamento das devidas remunerações ou sequer da assinatura de um compromisso de dívida, foram os trabalhadores obrigados a ir para a luta, tomando nas suas mãos o controlo do produto do seu trabalho. Para tal, retiraram no dia de hoje, das instalações do produtor Acácio de Almeida, sita na Rua Maestro Jaime Silva Filho, n.º 9 em Lisboa, o material cinematográfico fruto do seu trabalho ao longo de um ano e a partir do qual se encontra já em fase adiantada de produção o filme «DEUS PÁTRIA AUTORIDADE».

Os trabalhadores acima mencionados não têm qualquer contrato de trabalho, visto que, no início da produção, o Sr. Acácio de Almeida atraiu ardilosamente estes e outros trabalhadores de cinema, antifascistas e anticapitalistas, para um projecto de trabalho de grupo fora do esquema capialista tradicional, projecto segundo o qual o Sr. Acácio de Almeida participaria em igualdade de circunstâncias com os restantes elementos. Mas a realidade sempre veio demonstrar que é mais fácil travar o curso das águas de um rio do que a sede de rapina do patrão capitalista. Continuando proprietário das máquinas, portanto dos meios de produção indispensáveis à preparação do filme, cedo o Sr. Acácio de Almeida se recolocou na posição de patrão.

Mas porque cairam os trabalhadores nesta ilusão?

Tratando-se de um filme não comercial mas de esclarecimento político — na corrente daquilo a que poderemos chamar um filme militante e portanto inserido num tipo de produção sem nada a ver com os esquemas habituais da produção capitalista, a equipa que se autoconstituiu para o realizar aceitou a não existência de contrato, investindo nele cada um segundo as suas capacidades e possibilidades. Como detentor dos meios de produção, neste caso a aparelhagem cinematográfica, o Sr. Acácio de Almeida colocou-os ao serviço do projecto, investindo também o dinheiro estritamente necessário à sobrevivência de alguns elementos da equipa, constituída, além dos já referidos trabalhadores, por outros nacionais e estrangeiros.

Quando o filme se encontrasse concluído, as receitas provenientes da sua exibição seriam divididas proporcionalmente em função do trabalho desenvolvido. Nessa altura, também o Sr. Acácio de Almeida receberia não apenas o correspondente ao capital que investiria mas também ao trabalho que ele próprio tivesse desenvolvido. No entanto, apercebendo-se que pela contradição do próprio processo político do fenómeno cinematográfico, o filme militante anticapitalista se transforma numa mercadoria extremamente rendível no circuito de exibição capitalista, o Sr. Acácio de Almeida, a partir de dado momento, passou a reivindicar o estatuto tradicional de patrão; e agora, já não só dono e senhor do equipamento produtivo como ainda de todo o produto do trabalho realizado pela equipa: o filme «DEUS PÁTRIA AUTORIDADE», quase concluído, e mais de trinta horas de documentos filmados sobre os acontecimentos políticos registados em Portugal depois do 25 de Abril.

O valor destes documentos é inestimável e o controlo da sua utilização, numa perspectiva progressista e revolucionária, essencial; fornecido a agências internacionais ou trabalhado numa perspectiva reaccionária, esse material fílmico torna-se com facilidade uma arma voltada contra a luta dos trabalhadores e do povo português pela liberdade e pelo fim da exploração capitalista.

Perante o aparecimento do conflito gerado pela posição patronal do Sr. Acácio de Almeida, entenderam os trabalhadores não poder continuar a vigorar o estatuto de trabalho inicialmente estabelecido, pelo que decidiram exigir do produtor o pagamento do seu trabalho. Esta exigência dos trabalhadores mereceu do patrão evasivas e adiamentos não justificados nem justificáveis, sendo a situação económica de alguns deles bastante precária.

Hoje, os trabalhadores signatários detêm o controlo do valioso produto do seu trabalho. Assim pretendem ver satisfeitas as suas justas reivindicações, por um lado, e por outro partir de uma posição de força para a definição dos meios de controlo futuro do material fílmico para cuja elaboração contribuiram decisivamente.

O Sr. Acácio de Almeida é apenas mais um patrão. Nós somos apenas trabalhadores, alguns deles que ele explorou e explora. Este conflito será apenas mais um conflito de trabalho, mas o valor documental, didáctico e revolucionário do material que produzimos cria-nos responsabilidades que não podemos negligenciar. Tal como não podemos esquecer o capital artístico que o filme «DEUS PÁTRIA AUTORIDADE» representa, como o pode comprovar a opinião dos elementos do MFA, que já o viram em cópia de montagem, capital que o Sr. Acácio de Almeida já utilizou para seu exclusivo benefício como produtor capitalista. Tal como não podemos esquecer a contribuição muito importante que a R.T.P. e o I.P.C. deram a este filme, e se o fizeram estamos certos que foi pelo conteúdo progressista e revolucionário de que são os trabalhadores desta produção, nós e outros, os únicos obreiros — e não o Sr. Acácio de Almeida que só conheceu o filme quase terminado...

Pretendemos com esta carta dar conhecimento oficial destes factos, e demonstrar a evidente justiça da nossa posição.

Esperamos das entidades a quem deles damos conhecimento, o Ministério do Trabalho, o Instituto Português de Cinema e o COPCON, não só o apoio à nossa luta de trabalhadores em conflito com o patrão, como também o desenvolvimento dos esforços para que o *maerial que produzimos seja colocado ao serviço dos explorados e oprimidos contra o fascismo e o capitalismo.*

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

EDITORIAL

O ESTADO DA INFORMAÇÃO, A INFORMAÇÃO DO ESTADO

No «Plano de Acção Política do MFA» que o Conselho da Revolução trouxe a público, um capítulo há que parece ser bem expressor das tendências que vão tomando corpo a nível do domínio da sociedade: a informação. Nele se diz que se torna necessária a «transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos oficiosos, cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectam as posições do MFA» (sublinhado nosso).

Temos procurado chamar a atenção, neste jornal, melhor ou pior, para a evolução que se processa, com particular significado após o 11 de Março, a nível da regularização do capitalismo em Portugal, procurando frisar que esta evolução tende, de modo hoje já explícito, a nosso ver, para um capitalismo de Estado que, como é de lei, se apresenta com as vestes duma «transição para o socialismo». Acontece que a informação é um sector privilegiado para a apreciação a olho nu desta evolução: torna-se notório que se vai mostrando indispensável às formas de que hoje se reveste o modo de produção capitalista em Portugal um maior controlo do que se diga na imprensa, escrita e falada.

Ora, para além das medidas proclamadas pelo Conselho da Revolução acima transcritas, tem-se assistido a exigências de ilegalização da imprensa influente liberal que ainda se encontra fora do controlo económico directo do Estado (recorde-se, aliás, algo de elucidativo: enquanto que em relação à luta do Jornal do Comércio o PC denunciara os trabalhadores como «reaccionários», em relação à luta no República veio o mesmo dizer, angelicamente, que apoiava os trabalhadores em luta contra a Administração). Tem-se assistido, por outro lado, à asfixia, através dos aumentos de tarifas, duma imprensa regional sem grande margem de manobra do ponto de vista económico; os subsídios sê-lo-ão apenas para quem seja «útil ao povo», mas o critério desta utilidade depende apenas do poder. Ora, no citado documento do C. R., o MFA vem determinar que «o povo português passe a dispor de órgãos de imprensa diária incontroversos» — diária, para já. Incontroversos todos aqueles (como os regionais) que passem a depender do poder de Estado. É evidente que não podendo subsistir sem subsídios ou facilidades do Estado, os jornais a quem a benesse for distribuída não poderão ter uma actuação crítica, admitindo que fosse esse o seu objectivo.

O processo vai surgindo, pois, com crescente nitidez: o capitalismo de Estado tendencial não pode consentir a existência duma imprensa influente que não reflicta as posições oficiosas e a ideologia do poder político: a uniformização da imprensa diária, para já, é por conseguinte uma necessidade ressentida pelo MFA. É cegueira, a nosso ver, pensar-se que isto é secundário.

À luz da análise que, melhor ou pior, temos procurado desenvolver, os nossos «vaticínios» vão-se confirmando: o modo de produção capitalista em Portugal, vivendo em plena crise de autoridade, precisa de pôr cobro a tudo quanto possa aumentar essa autoridade em crise — defende-se. Na ausência de um movimento social proletário que contrarie esse reforço da autoridade, o capitalismo de Estado, por certo mais do que tendência, é algo de inelutável. A única hipótese contrária, por isso, é que a luta dos trabalhadores vá contra esta lógica e, fazendo-o, crie poderes de contestação da vida alienada, do trabalho assalariado, que revertam em seu benefício. Em tal processo, não será indiferente para os trabalhadores que a imprensa esteja ou não uniformizada, seja ou não incontroversa, porque não sendo os interesses dos trabalhadores os interesses do Estado, este utilizará contra nós todas as arma — incluindo a imprensa, bem entendido.

AS COMISSÕES DE TRABALHADORES PRECISAM DE EXPROPRIAR A INFORMAÇÃO

Nesta altura em que tanto se fala — porque acontecimentos práticos a isso obrigam — do controlo dos trabalhadores sobre as empresas de informação e de uma informação ao serviço dos trabalhadores, convém que, a par dos documentos que divulgamos noutra parte do jornal, tentemos alinhar algumas reflexões que auxiliem todos os camaradas que nos lêem, e que não dispõem de informação directa dos acontecimentos em questão, a julgar do que está em jogo.

A informação, como qualquer actividade social que se considere, só pode estar ao serviço dos trabalhadores quando forem os próprios trabalhadores a servir-se dela directamente de acordo com a interpretação que eles próprios fizerem dos seus próprios interesses. Assim, o problema da informação é o problema da democracia operária e popular em geral — democracia em que as massas se auto-organizam para decidirem dos seus objectivos e os executarem directamente, através de formas institucionais do seu próprio poder, sem o delegarem em quaisquer representantes. Só quando a direcção dos órgãos de informação pertencer aos organismos de uma democracia dos trabalhadores e a sua execução for controlável pelas massas auto-organizadas a qualquer momento e permanentemente, poderemos falar sem mistificações de informação ao serviço dos trabalhadores ou de política popular da informação.

Assim, embora se possa tratar de um primeiro passo nesta via, o controlo mesmo que efectivo, o que está longe de ser o caso na maioria das empresas jornalísticas, por parte da assembleia dos trabalhadores da própria empresa é ainda insuficiente. Além de insuficiente, nas condições concretas do país, presta-se a claras manipulações partidárias por parte dos sectores mais implantados na empresa em questão. Acresce em último, mas não menos importante lugar, que os trabalhadores das empresas da informação que estão em condições mais favoráveis para o exercício prático desse controlo, na situação actual, são sectores da «aristocracia do trabalho» (tipógrafos, paginadores, desenhistas e jornalistas). Estes trabalhadores são objecto, desde o 25 de Abril, de toda a espécie de manobras que vão da corrupção (que tem tido fértil terreno) à mais selvagem intimidação.

Nestas condições, parece que há apenas uma via efectivamente democrática, no sentido de uma democracia directa dos trabalhadores: a reivindicação prática por parte das assembleias de trabalhadores e comissões por elas eleitas, do controlo sobre a informação. Apenas organismos apartidários, intercomissões de trabalhadores, podem efectivamente caminhar no sentido de um controlo democrático da informação e superar as perspectivas de substituição de um por outro controlo partidário dos jornais e outras publicações da imprensa. As comissões de trabalhadores já existentes em grande número de empresas da informação podem ter um papel decisivo, de iniciativa e proposta, no desencadear deste processo. Os trabalhadores dessas empresas devem, com efeito, compreender que apenas a sua inclusão na luta geral dos trabalhadores pelo exercício directo do seu próprio poder, lhes garante o apoio indispensável ao alcançar dos objectivos proclamados. Por outro lado, embora a partidarização e divisão partidária dos trabalhadores portugueses seja neste momento um facto inescusável e embora essa partidarização não possa ser suprimida senão pela dinâmica do movimento da luta de classes, e nunca por medidas autoritárias de um poder estatal ou para-estatal mais ou menos pretensamente supra-partidário, os trabalhadores devem aceitar esse facto onde ele existe e assegurar a independência e a não-discriminação dos órgãos da informação relativamente às diversas tendências (correctas ou não) existentes no seio da sua classe. O poder dos trabalhadores não pode ser confundido com o poder de um partido sobre os trabalhadores e em seu nome, como já por diversas vezes temos afirmado nos nossos editoriais.

Os objectivos que aqui apontamos são de certo modo objectivos mínimos. Não pomos a questão do que deve ser a informação futura, que transformações de forma e função ela deve conhecer numa sociedade autogerida pelos seus produtores. Mas, mínimos embora, estes objectivos estão longe de ser conseguidos e parecerão a muitos ainda distantes. De qualquer modo, não podemos, por falta de dados e de capacidade, analisar aqui as condições de exequibilidade a curto prazo destas metas. Pensamos, contudo, que apenas a luta por elas demonstrará a sua possibilidade e a sua dificuldade, e que nessa luta nada temos a perder e tudo temos, pelo contrário, a ganhar. Na verdade, o alcançar destes objectivos mesmo que de uma f o r m a desigual e não imediatamente global permitiria a abertura de novos campos de luta e criaria sem dúvida condições favoráveis ao rápido desenvolvimento da luta pelo comunismo em toda a sociedade. Muitas vezes subestimamos, avaliamos mal, até que ponto a informação (sobretudo, jornais diários, rádio e televisão) são instrumentos de reforço e reprodução do sistema de classes. Quem detém o poder da informação decide do que os trabalhadores devem ou não saber, como e quando. Decide da interpretação e importância que os acontecimentos vão ter na vida do país. Quem detém o poder da informação subordina e faz depender de si quase tudo o que na vida quotidiana de cada um de nós escapa à sua experiência local. A informação cria um lugar comum, um consenso, uma mediação que tende a uniformizar as reacções individuais, a dar-lhe alternativas restritas, a apenas deixar falar naquilo que acontece aquelas significações que não põem em causa a ordem estabelecida. É o poder do espectáculo — do espectáculo do poder — reduzindo-nos a espectadores de uma história que a informação nos faz esquecer que somos nós quem produzimos. A informação naturaliza, dá aparência de Leis naturais, às leis do sistema classista, do mundo em que vivemos, insinua-nos, sem o afirmar expressamente, que as coisas não podem ser de outra maneira e, sobretudo, que não é de nós que essas coisas dependem.

É por uma informação que seja, sob todos os aspectos, actividade e activação dos trabalhadores, que seja voz do seu poder, expressão da imagem da sua emancipação e da sua capacidade de autogoverno, que devemos bater-nos desde já, sabendo não obstante, com a clareza possível, por que nos batemos, uma vez que a luta já começou e que casos como os do jornal «República» (cujos trabalhadores podem deflagrar este processo) e Rádio Renascença a põem na ordem do dia.

Tal como em 7 de Fevereiro, os trabalhadores acorreram em número considerável (30 a 40.000, segundo a imprensa) a uma manifestação declarada apartidária. Parece-nos, todavia, ser preciso reter que aquilo a que se chama o apartidarismo político funciona muito mais como chamariz do que como verdade. Os partidos políticos, sobretudo os pequenos, precisam, para mobilizar os trabalhadores, de usar o rótulo do apartidarismo - porque a lógica em que se movem continua a ser tradicional: pôr os seus próprios interesses acima das lutas sociais. Mobilizam, sim, mas para eles próprios crescerem. Apesar disso, é nestas experiências práticas — também nestas — que os trabalhadores hão-de encontrar formas de luta e de organização que superem os jogos e interesses das organizações "privadas" e as formas de auto-organização que sejam instrumentos de auto-emancipação.

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

COVILIMPAL: UMA FORMA DE DEMOCRACIA DIRECTA

COVILIMPAL: Cooperativa de Limpeza e Vigilância de ALMADA

Os 140 trabalhadores de limpeza e vigilância ao serviço da empresa Servilimpe na Lisnave, formaram uma Cooperativa Operária de Produção com o apoio da Comissão de Trabalhadores da Lisnave e do Sindicato dos Contínuos e Porteiros. Esta Cooperativa começou a funcionar no dia 15 de Maio de 1975.

A entrevista que publicamos foca as origens da luta, o porquê dos trabalhadores se auto-organizarem numa Cooperativa, suas dificuldades e seus objectivos. Participaram: pela Direcção da Covilimpal — Lurdes, Amorim e Galhetas; pela Comissão de Trabalhadores da Lisnave — F. Amorim e Neto; pelo Sindicato dos Contínuos e Porteiros — M. das Dores.

Num dos próximos números de COMBATE publicaremos uma outra entrevista só com trabalhadores da Covilimpal. Pois, desta vez, focam-se mais concretamente os problemas teóricos da formação da Cooperativa e na entrevista seguinte procuraremos, sobretudo, conhecer os resultados concretos da nova experiência.

COMB. — Para começar pedia aos camaradas da Cooperativa que explicassem primeiramente como é que a luta começou, como é que se processou, e como é que chegaram à ideia da Cooperativa?

GALHETAS — A luta começou pelo seguinte: nós, trabalhadores da Servilimpe, chegámos à conclusão que o 13.º mês não estava a ser pago completamente. Recebi menos 700 e tal escudos do 13.º mês e reclamei ao encarregado (que era o fiscal) que cá vinha e esse fiscal disse-me que não tínhamos direito ao 13.º mês. E eu tentei reclamar com ele, dizendo que tinha direito. Nesse momento eu e os meu camarada Amorim fomos ao Sindicato e lá nos disseram que tínhamos direito ao 13.º mês. Então, nós viemos e falámos novamente com ele e ele pensou que não havia de dar e dizia para a gente que não, que não tínhamos direito ao 13.º mês e que as contas estavam boas. É claro que ele continuou sempre a repetir que eu não tinha direito e lá no Sindicato diziam-me que eu tinha direito ao 13.º mês.

Depois veio cá a D. Maria das Dores e esteve a falar connosco. Marcámos uma reunião e a D. Maria das Dores veio cá para resolvermos esse problema. Eles souberam disto e na véspera da reunião o fiscal veio ter comigo a dizer que eu tinha razão, que desculpasse, que o escritório mandava pedir desculpa porque eu tinha razão. E eu disse: não sei se tenho razão ou se não tenho; se não tiver razão é o Sindicato que está enganado; aqui, não sei quem é que tem razão, o que sei é que me falta dinheiro. Nessa altura falei com o meu camarada Amorim e na reunião que foi feita cá na Lisnave disse à D. Marias das Dores: olhe, sobre o nosso problema do 13.º mês o caso está resolvido, porque eles vieram aqui pedir desculpa à gente a dizerem que o erro tinha sido deles.

Temos cá pessoas, os mais velhotes, que não sabem fazer as contas deles e depois, parte deles, vieram ainda a agradecer-me porque foram receber mais 400 e tal escudos, não sabendo de que era esse dinheiro. Houve alguns que disseram: devemos este dinheiro ao Galhetas e ao Amorim porque foram eles que protestaram por causa do 13.º mês.

Fez-se uma reunião e nessa reunião fui nomeado mais o meu colega Amorim para delegados disto. Houve umas pessoas da Lisnave, umas pessoas amigas que bastantes favores lhe devemos, que foram as pessoas que mais se interessaram pela gente e então começaram a organizar isto, porque nós como tínhamos pouca gente de letras, então eles começaram a dar-nos força e a dizerem para que fizéssemos uma Cooperativa. Temos esses agradecimentos a dar a todos essas pessoas da Lisnave e ao Sindicato que foram as pessoas que encaminharam a gente.

COMB. — Falou nessas vigarices do patrão em relação ao 13.º mês. Ora, o que não compreendo muito bem é como nessa assembleia geral dos trabalhadores da Servilimpe apareceu a ideia da formação da Cooperativa, porque quando o sr. Galhetas e o sr. Amorim foram votados para delegados, foram-no tendo em vista a formação da Cooperativa. Mas, como é que nessa assembleia foi pensada a formação da Cooperativa?

GALHETAS — Foi pensado pelos delegados da Comissão de Trabalhadores da Lisnave, porque havia nove mulheres a trabalharem no refeitório e que se queriam agregar aos quadros da Lisnave e como parte dessas pessoas não tinham idade para ficarem agregadas à Lisnave, porque a Lisnave decidiu que a reforma era aos 30 anos de serviço ou aos 50 anos de idade. E então os homens pensaram, julgo eu que foi assim, que não podiam agregar este pessoal porque temos homens com 73 anos de idade; o homem mais novo que cá temos tem mais de 40 anos de idade. E a Lisnave tem estado a admitir pessoal efectivo até aos 35 anos. E então os homens, foram tão conscientes, tiveram tanta consideração por nós para não irmos para o desemprego que nos incentivaram para formarmos a Cooperativa.

SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

COMB. — A ideia, propriamente dita, da formação da Cooperativa nasceu dos camaradas da Lisnave e o ter-se formado a Cooperativa e não a integração dos trabalhadores da Servilimpe na Lisnave, é devido a um limite de idade.

Queria perguntar aos camaradas da Lisnave porque tiveram um papel preponderante em todo este processo que me expl'cassem tudo o que for possível sobre o seu papel activo na incentivação da formação da Cooperativa?

F. AMORIM — Surgiu uma proposta junto da Comissão de Trabalhadores para que fossem admitidas as nove mulheres que se encontravam no canto da louça escura. De forma que esta proposta foi aceite e foram nomeados vários delegados. Portanto, foi o Amorim, o Neto, o Armando e todas as delegadas do refeitório para tratar deste caso. Depois apareceram vários inconvenientes como este: quando fomos para admitir essas nove mulheres deparámos que havia uma substituição de todas as mulheres da Servilimpe dentro do refeitório para uma demissão de 27 mulheres. Então começámos a ver que se nós admitíssemos 9 mulheres da Servilimpe, nós colocaríamos as restantes numa situação de desemprego, o que não pretendíamos de forma nenhuma. Tentámos várias coisas, ver o que era possível e, então, até se conseguiu fazer com que essas mulheres entrassem. Mas depois surgiram outros problemas: quem tinha apresentado a proposta para a admissão das mulheres na Lisnave tinham sido as mulheres do refeitório e houve vários inconvenientes em que apareceram lá mulheres que não estavam designadas e fomos à procura de uma acta dessa reunião e não existia, de forma que tivemos de fazer uma reunião em que as mulheres do refeitório, portanto, consciente ou inconscientemente, deliberaram que não entrava nenhuma mulher da Servilimpe para a Lisnave. Fomos junto da Comissão de Trabalhadores, contámos o sucedido que não podia, portanto, entrar nenhuma mulher da Servilimpe e as ordens que trouxemos de todos os delegados dos trabalhadores era que abríssemos um quadro auxiliar de limpeza na Lisnave e que admitíssemos todo o pessoal da Servilimpe a trabalhar dentro do estaleiro. Ora, nós iniciámos então esse trabalho mas deparámos logo com várias dificuldades porque começámos a verificar que a Cooperativa era constituída por pessoas de variadíssimas idades, com idades desde os 45 anos (que é a maioria) até a um indivíduo com 75. Era impossível admitir essas pessoas para dentro da Lisnave porque nós ainda tentámos junto da Administração e eles disseram-nos que se nós admitíssemos agora estas pessoas para dentro da Lisnave que mais tarde tínhamos de admitir toda a gente. Ainda fomos à Setenave porque lá também se tinha feito um processo deste género, portanto, de admissão de mulheres.

Até Maio, este pessoal ganhava 9 escudos/hora e depois de Maio com o Contrato Colectivo de Trabalho é que começaram a auferir 20 escudos/hora.

Depois de tudo isto é que decidimos iniciar esta Cooperativa, mas é claro que tínhamos de ter o apoio de todos os trabalhadores e, então, fizemos uma assembleia geral com todos os trabalhadores e com a D. Maria das Dores, do Sindicato, onde expusemos os nossos pontos de vista e perguntámos aos trabalhadores se queriam formar uma Cooperativa ou não. Os trabalhadores disseram que sim e nós dissemos então que íamos fazer tudo o que nos fosse possível, apoiá-los até que ela estivesse formada.

NETO — Ainda dentro de todo este capítulo e após verificarmos todo este processo que se estava a passar concluímos o seguinte: se nós fôssemos para a ideia da admissão do pessoal, de acordo com um inquérito pessoal a cada caso, concluímos o seguinte: as pessoas de mais idade, de idade mais avançada, normalmente apenas deste trabalho que aqui executavam é que ganhavam para a sua subsistência. Aí foi o nosso problema, pessoas idosas, pessoas sem nenhumas possibilidades de emprego e ainda por cima o único meio de viverem eram aqueles 2000 escudos que possuíam através da Servilimpe. Ora, estes 2000 escudos deu-nos um índice de procura para nós irmos ao problema jurídico e ao problema fiscal dentro da própria empresa com o intuito de descobrirmos determinadas fraudes. Pois, essas fraudes foram descobertas sobre determinados aspectos e concluímos que quase todos os contactos entre a Lisnave e a Servilimpe, e não tivemos dificuldades em obter esses contactos e aí tivemos que ir à raiz do contrato, portanto, ao contrato-padrão e verificámos que para despedirmos a Servilimpe da Lisnave, apesar de todos os maus tratos que essa Servilimpe fazia ao pessoal, e ao mesmo tempo, na má prestação de trabalho para com a empresa, verificámos que existiam várias contradições de toda a ordem e uma exploração não admissível nem no tempo dos escravos quanto mais nesta época. Chegámos à conclusão que praticamente 1000 contos mensais eram recebidos pela Servilimpe e, em contrapartida os magros ordenados continuavam a verificar-se e os homens e as mulheres insurgiam-se, sentiam-se revoltados e nós tivemos que optar pela Cooperativa por todos os factos já atrás mencionados. Sendo os mais idosos e os que menos saúde tinham, menos probabilidades tinham de ir para outro emprego. Era este o nosso dilema. Depois da ideia da Cooperativa ter sido aprovada pelos delegados, toda a gente foi unânime em dizer: vamos acabar com o patrão, agora todos os lucros passarão a ser distribuídos equitativamente em conformidade com o seu trabalho.

Convém acrescentar que a Lisnave admite pessoal até aos 35 anos de idade, mas, por vezes, dos 35 aos 45 abrem-se certas excepções. Está claro que era dentro desta excepção que se colocava a integração de alguns trabalhadores da Servilimpe. E ainda mais: parte dessas pessoas não eram alfabetizadas e o mínimo exigido por lei para se entrar para a Lisnave é a 4.ª classe, mas ainda venceríamos esta barreira admitindo as pessoas como eventuais e dentro de 4 anos apresentariam o diploma da 4.ª classe, o que estava ao alcance de algumas pessoas apenas. Portanto, mais alguns indivíduos que ficariam de fora. Tudo isto nos levou a repensar e dizermos que o problema estava nas pessoas menos favorecidas, pessoas essas que iriam ficar sem pão e nós não pretendíamos, nem pretenderemos que qualquer pessoa, desde que não tenha sido corrupto pelo regime anterior ou que tivesse executado coacção sobre os trabalhadores, não admitimos que qualquer indivíduo seja despedido da empresa.

ACÇÃO SINDICAL

COMB. — Gostaria de passar ao Sindicato para saber qual foi o vosso papel em todo este processo?

MARIA DAS DORES — Entrei no Sindicato a 17 de Maio de 1974 mas antes disso já fazia desde 1965 uma acção nas bases, em Lisboa, através do Centro de Cultura Operária, actual Base — Frente Unitária de Trabalhadores. Acção mais ou menos secreta, mas em relação à Lisnave devido às dificuldades até do contacto com os próprios trabalhadores eram para mim completamente desconhecidos: Portanto, foi nos últimos dias de Maio que aqui vim pela primeira vez e foi então que se deu a primeira reunião com este pessoal da Servilimpe ao serviço da Lisnave. Eram umas pessoas completamente alheias ao que era um Sindicato, ao que era falar-se da união entre os trabalhadores, do que dessa união podia vir a resultar. No entanto, não desanimei apesar de encontrar o trabalho completamente em bruto e continuei a vir várias vezes. Umas vezes reunia com mais trabalhadores, outras vezes com menos e isto deu-se durante longos meses. Mas havia aqui uma encarregada que tentava destruir todo o meu trabalho porque metia medo aos trabalhadores e porque se iam ouvir reuniões do Sindicato que lhes fazia e que lhes acontecia, fazendo-lhes ameaças duras. Ameaçando com o despedimento, castigando as próprias trabalhadoras que participavam frequentemente nas reuniões e quando me apercebi disto vi que não era possível avançar com o trabalho sem sanear a encarregada. E comecei a alertar os trabalhadores de que era preciso, para avançarmos com o trabalho e para a união dos próprios trabalhadores, pôr a encarregada na rua. Quando a Servilimpe teve conhecimento que eu tinha dito numa assembleia de trabalhadores que era preciso sanear imediatamente as encarregadas, a Servilimpe três dias depois telefona-me para o Sindicato e diz: sra. D. Maria das Dores venho-lhe dizer que a encarregada que os trabalhadores da Lisnave queriam sanear já está, por nós, suspensa porque verificámos que o S'ndicato e os trabalhadores tinham razão. Eu limitei-me a dizer que esse problema era dos trabalhadores e pedi licença e desliguei o telefone. De de então o trabalho começou a ser muito mais fácil porque os trabalhadores começaram a vir às reuniões, a não terem medo, a ficarem descontraídos.

Quando então pressenti que os trabalhadores estavam muito mais descontraídos tentei, aliás eu já vinha a fazer um trabalho dentro da Lisnave desde o ano passado também com uma rapariga chamada Idalina empregada da Lisnave e que fez parte da Comissão de Trabalhadores de 1974, que já trabalhou muito neste aspecto especialmente em levar as pessoas a sindicalizarem-se, enfim, a ajudá-las até mesmo a esclarecê-las sobre os seus direitos. Foi muito importante o trabalho desta rapariga. Mas voltando atrás, quando então a encarregada foi saneada eu vi que havia toda a possibilidade de avançarmos.

A certa altura há uma assembleia de trabalhadores da Lisnave, na Rocha, e fui lá como Sindicato, pensando que podia ter voto palavra nesse dia. Mandei uma proposta para a mesa, mas não tive a possibilidade de a minha proposta ser ouvida porque havia muitos pontos a discutir. Mais adiante, houve nova assembleia da Lisnave, aqui na Margueira, em que foi nova proposta para a mesa, onde eu estava com cinco trabalhadores, e nessa proposta eu pedia voto de palavra. Então, expus aos delegados presentes, talvez à volta de uns 200, e apresentei um ligeiro relato sobre tudo o que era a vida destes trabalhadores e o que era a Servilimpe. Nessa altura o trabalho já estava um bocado avançado pela parte dos trabalhadores, dos delegados e, entre eles o sr. Neto e o sr. Amorim, e aí tive conhecimento do comunicado n.º 1. Nesse dia fui daqui verdadeiramente feliz porque nessa assembleia de tantos delegados, nesse dia apareceram várias propostas todas a favor dos trabalhadores da Servilimpe. Nessa assembleia bati-me não por uma Cooperativa, embora eu tivesse a visão clara que não era possível a integração de todos esses trabalhadores nos quadros da Lisnave, mas eu tinha a certeza que alguma solução ia surgir, que aqueles trabalhadores não iam ficar sem trabalho. Não os queria alertar de maneira nenhuma para uma cooperativa, queria lutar até à última para que esses trabalhadores fossem integrados nos quadros da Lisnave. Mas surgiu a Cooperativa. O sindicato esperava encontrar muitas mais dificuldades para realizar esse desejo e aqui tenho que ser muito clara que se não fosse o apoio e a boa vontade da Comissão de Trabalhadores da Lisnave a coisa não podia ter ido para a frente com a perfeição e com a brevidade que foi.

O sr. Neto disse que os trabalhadores ainda estão muito pouco conscientes e muito pouco unidos. Isto é muito verdade, mas tudo isto também depende muito daqueles anos que trabalharam por conta da Servilimpe, em que as encarregadas só procuravam a desunião entre os trabalhadores e estes até devido um pouco à sua idade pois quando as pessoas têm já uma certa idade é muito mais difícil — e sei por mim própria — desabituamo-nos de uns certos hábitos, mas tenho a certeza absoluta que daqui a 6 meses os trabalhadores são completamente diferentes. Hoje, ao olhar para o rosto destes trabalhadores e a ter na minha frente a imagem desses trabalhadores há um ano atrás eles são pessoas totalmente diferentes.

Quero ainda acrescentar que a luta que travei dentro da Lisnave estou a fazê-la em todos os locais onde me é possível, e onde o meu tempo dá. Comecei ontem dentro da Fiat outra luta semelhante. Os trabalhadores da Servilimpe e de outras empresas de limpeza que trabalham nos Bancos, 90 % já trabalham por conta dos próprios Bancos e, segundo me tem sido afirmado em reuniões que tenho tido com o sindicato dos Bancários e com os próprios delegados dos Bancos, até ao fim de Junho deixarão de encher o bolso à custa desses trabalhadores que não têm passado de uns verdadeiros escravos.

COMB. — A partir do momento que vocês expulsaram o vosso patrão (o empreiteiro) são vocês que auto-organizados na Cooperativa vão gerir os vossos interesses. Queria saber concretamente em que moldes, qual é a estrutura, como está a funcionar a Cooperativa? Quais são os princípios que vos guiam? O que pensam fazer?

GALHETAS — Todo o pessoal ficou esclarecido sobre o ordenado através dos estatutos que fizemos. No fim-do-ano, o dinheiro deve ser dividido por todos. Nós queríamos fazer mais tarde, quando a Cooperativa tivesse um subsídio, um ordenado mensal porque estamos ainda a trabalhar tal como estávamos com a Servilimpe. Todos ficam com a responsabilidade do serviço que têm a fazer nos seus locais e é a Direcção que poderá fazer uma certa vigilância para os

solicitar porque ainda há pessoas que não estão bem solicitadas para compreenderem que agora estamos a trabalhar para nós próprios.

MARIA DAS DORES — Houve uma coisa que se passou e aos próprios trabalhadores da Cooperativa: quando em Janeiro e antes da Servilimpe pressentir que o sindicato estava reunido com a Comissão de Delegados da Lisnave tinha aqui apenas menos de 100 trabalhadores. Ora, como pressentiu que os delegados estavam a ver quantos trabalhadores deviam estar aqui ele começou então a preencher os lugares que estavam em aberto, isto é, no local de trabalho, uma secção onde deviam estar — suponhamos — 5 trabalhadores estavam somente 3, onde deviam estar 10 estavam 7; e é nisto que estas empresas de limpeza enchem a algibeira.

Quero alertar a imprensa para que faça uma larga divulgação para que todos os clientes destas firmas exijam por escrito quando fazem contrato com eles, o número de trabalhadores que devem estar em cada local de trabalho porque eles fazem o contrato com os clientes, suponhamos de terem 20 trabalhadores, abrem esse trabalho com 20 e lentamente vão-nos reduzindo e um ano depois, por vezes, estão metade. Depois os clientes começam a reclamar que o trabalho anda mal feito, que o pessoal não é bom; o pessoal é bom, o pessoal sabe trabalhar mas o que simplesmente não pode é um fazer o trabalho de três.

Presentemente há 149 trabalhadores na Cooperativa e este trabalho estava a ser executado, salvo erro, por 96. Isto é para que a imprensa fique com uma ideia clara do que se passa nestas empresas que vendem trabalho, ou melhor, vendem vidas porque exigem das pessoas que trabalhem não como pessoas mas como máquinas. Quero ainda dizer aos camaradas da Cooperativa, que foi inaugurada com 149 trabalhadores, que se quiserem e se esta experiência der resultado com o esforço de todos nós, daqui a um ano não será uma Cooperativa com 149 trabalhadores, mas poderá ter 2000 trabalhadores.

A TRABALHO IGUAL SALÁRIO IGUAL

COMB. — Há pouco o camarada falou que os trabalhadores da Cooperativa não têm ainda um ordenado mensal fixo mas que estão com a ideia, dentro em breve, de o estipular. Agora, gostaria de saber em que base é que está estipulado neste momento o vencimento dos trabalhadores?

GALHETAS — Neste momento é de 22$50/hora, tanto para homens como para mulheres. A trabalho igual salário igual. No tempo de Servilimpe esta pagava 19$80 às mulheres e 22$50 aos homens, mas temos aqui outra coisa: a gente trabalha por turnos e quando um camarada não vinha, havia uma lei que dizia que não podíamos abandonar o balneário, tínhamos que ficar no serviço e não nos pagava esse tempo. Quer dizer, trabalhávamos 16 horas a 22$50 e quando fomos ao sindicato informaram-nos que eram obrigados a pagarem a primeira hora a 25 % e as outras a 50 %. Daí é que começou também a nascer a nossa revolta contra o patrão. Como a gente pensou nestas coisas e como não temos ainda fundos suficientes para pormos o pessoal ao mês, só depois de a Cooperativa ter algum resultado então colocamos o pessoal ao mês, a pagar os 30 dias. Já aumentámos as mulheres para 22$50 para ficarem iguais a nós e todo o pessoal está satisfeito com isto. Os homens têm uma certa vantagem sobre as mulheres porque fazem turnos, trabalhamos de noite.

AMORIM — As mulheres também têm turnos: as que vêm pegar às 18 horas trabalham até às 23 horas, portanto, têm 25 % a partir das 20 horas e antigamente a Servilimpe só pagava a partir das 21 h. Sobre o ordenado mensal temos previsto que, pelo menos, em Janeiro vamos ver se conseguimos pôr o ordenado mensal a todo o pessoal.

MARIA DAS DORES — Mas vocês estão conscientes de todo o rendimento que esta Cooperativa pode vir a ter e da maneira como todo esse dinheiro vem a ser distribuído. Por agora não ganharem os 30 dias, também os lucros no fim-do-ano podem vir a ser maiores.

COMB. — A Servilimpe não é uma empresa que trabalhava só aqui na Lisnave. Penso que tem empreitadas noutros locais. Gostaria de saber se os camaradas que acabaram com a Servilimpe aqui na Lisnave, têm ideias de contactar, ou se já contactaram, com os camaradas da Servilimpe mas que fazem serviços noutras empresas, porque dá-me a impressão que vocês não têm o menor interesse em ficar isolados e precisamente tinha interesse que todos os trabalhadores da Servilimpe se organizem numa Cooperativa que pode estar na base de todos os trabalhadores que constituem a Servilimpe. Por isso queria saber se já contactaram esses camaradas?

MARIA DAS DORES — Estamos a pensar em fazer um trabalho conjunto: trabalhadores e sindicato. De local em local de trabalho onde há trabalhadores da Servilimpe e não só da Servilimpe como de todas as outras empresas. Ainda não reunimos para este fim mas tenho a ideia de os convidar para começarmos a fazer um trabalho em conjunto entrando em contacto com as Comissões de Trabalhadores em cada local porque não são só os da Servilimpe que estão neste momento no nosso espírito, quer no do sindicato quer neste grupo de trabalhadores, mas sim todos os trabalhadores que são vítimas, são 6000 trabalhadores que estão nestas condições e, portanto, são todos eles que estão a ser vítimas da mesma exploração e é para esse trabalho que desde já peço a colaboração dos trabalhadores desta Cooperativa.

(Continua na pág. 6)

NACIONALIZAÇÕES: QUE MUDANÇA?

Apresentamos, a seguir, a primeira parte de uma mesa-redonda realizada a 17 de Maio, com trabalhadores das seguintes empresas: TAP, Sociedade Central de Cervejas (S.C.C.) e Bancos.

COMBATE — Após o 11 de Março entrou-se decididamente em Portugal numa fase de controlo mais acentuado do Estado na vida económica.

Mais do que discutir as razões económicas que impuseram essa via ao capitalismo português, interessava-nos discutir aqui:

— O que pensam os trabalhadores portugueses das nacionalizações;

— Quais as modificações que as nacionalizações introduziram ou podem vir a introduzir nas relações de trabalho das empresas;

— Qual a importância das nacionalizações no desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

BANCÁRIOS — Trabalhador A — Após o golpe do 11 de Março verificou-se a nível dos bancários uma movimentação quer por parte do sindicato, quer ainda por parte de alguns sectores dos trabalhadores bancários que se têm como mais conscientes, com o fim de conseguir a nacionalização dos bancos. Não se focava no entanto só este aspecto, visto que numa Assembleia Geral se tinha aprovado, para além duma moção de nacionalização da banca, uma outra que focava a necessidade da nacionalização também do sector dos seguros e ainda dos sectores das indústrias básicas extractivas e transformadoras e ainda do comércio interno por grosso e do comércio externo. Durante 3 dias houve uma intervenção decisiva dos trabalhadores do sector bancário a nível de todo o País, que mantiveram os bancos encerrados ocupando as instalações, quer através das Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais e ainda outros trabalhadores que se integraram neste processo, até que houve uma tomada de posição por parte do Governo, efectuando a nacionalização e passados 2 dias, depois de idêntico processo se alastrar também ao sector dos seguros, foi também nacionalizado esse sector. (Apenas as companhias de seguros cujo capital não fosse maioritariamente estrangeiro).

O que teriam em vista os trabalhadores bancários ao iniciarem um processo deste tipo?

Havia, talvez, por um lado a intenção de se criarem condições para uma maior intervenção dos trabalhadores no controlo que já vinham exercendo de algum modo dentro das empresas bancárias.

Havia-se já verificado anteriormente a nacionalização de alguns bancos, os bancos emissores: Ultramarino, Angola e Banco de Portugal, e se tivermos em conta que a Caixa Geral de Depósitos era um instituto de crédito do Estado e que o Banco de Fomento e a Sociedade Financeira eram maioritariamente dominadas por esta, existia já um sector considerável antes do 11 de Março onde se podia ter encetado uma experiência no sentido do avanço dos trabalhadores dentro daquelas empresas. Tal não se verificava visto que esses bancos se mantinham à data com as estruturas praticamente inalteráveis. Poder-se-ia pensar que com um alastramento das nacionalizações a toda a banca, que seria um golpe considerável na mobilidade da burguesia financeira, se criariam essas condições para uma maior participação a nível do controlo por parte dos trabalhadores do sector e ainda conseguir-se um significativo aproveitamento do grande poderio financeiro dos bancos.

Temos por outro lado de ter em conta que os bancários eram trabalhadores que em comparação com os restantes sectores estavam com condições de trabalho e de remuneração bastante privilegiadas. A nacionalização nesse campo não poderia ser apresentada aos trabalhadores do sector como uma possibilidade de melhoria, quer de condições de remuneração, quer mesmo das condições de trabalho, que pouco poderiam ser alteradas após a nacionalização.

No entanto, verificou-se que foi dado apoio à nacionalização pelos trabalhadores, mas agora pode-se ver pelas reacções de alguns sectores dentro da banca, que reagem contra o novo estado de coisas, que terá havido por parte de alguns trabalhadores bancários um apoio emocional quando inicialmente se pronunciaram a favor das nacionalizações dos bancos. Hoje verifica-se que há a nível dos quadros superiores dos bancos, a nível de direcção e mesmo de quadros médios, uma tentativa de entravar o processo, de recuperação das possibilidades que se abriram à redistribuição do crédito, com o fim de fazer o aproveitamento destas possibilidades não num sentido de que o crédito tenha alterações qualitativas mas que se mantenha tanto quanto possível ainda, ao serviço da mesma classe como anteriormente, quando todos os bancos estavam dominados pela burguesia financeira e logo tinham uma política de crédito destinada a manter o domínio dessa mesma burguesia.

S. C. C. — TRABALHADOR A — O Sector cervejeiro não está ainda neste momento nacionalizado. É um sector que é constituído por 5 empresas: a Central de Cervejas, a Cuf Portuense, a Cergal, a Imperial (que só começa a produzir em Junho) e a Copeja (que começou a produzir em Abril deste ano).

As posições dos trabalhadores são naturalmente diferentes de empresa para empresa. A posição dos trabalhadores da S. C. C. — que foram aqueles que pediram a nacionalização da empresa — foi mais ou menos a seguinte: esse pedido surgiu em 8 de Fevereiro e foi fruto dos trabalhadores verem que os capitalistas tinham ao longo destes anos explorado indecentemente a empresa, (canalizando até uma boa parte dos dinheiros ganhos para o estrangeiro), havendo até saídas ilegais de divisas e outras manobras do mesmo tipo, e de que interessava acabar com esta exploração capitalista e pôr-se a empresa, como foi dito na altura na moção que foi aprovada, ao serviço do povo. Há um bocado a ideia, entre os trabalhadores, que interessa muito mais nacionalizar empresas lucrativas, do que seguir o esquema que estava mais ou menos a ser seguido até ao momento, em que quase só eram nacionalizadas empresas falidas. A S. C. C. não era de maneira nenhuma uma empresa falida, embora tivesse problemas de tesouraria por má gestão da Administração, muito ligada ao Banco Espírito Santo e a aproveitar-se desse factor para fazer uma série de manobras que beneficiavam os accionistas individualmente, mas prejudicavam de facto o futuro da empresa.

Por outro lado também no caso da S. C. C. os trabalhadores não pediram maiores salários. O salário mínimo na empresa era de 6 contos. Os trabalhadores recebiam 15 meses por ano, tinham algumas regalias razoáveis para o nosso meio e portanto a sua preocupação dominante não era essa. Nas outras empresas a situação é um pouco diferente: a Cuf P. tem 75% do capital de accionistas da S. C. C.; dá ideia que está a caminhar num processo, que talvez se possa chamar, com características de cogestão. Dá ideia também que os trabalhadores ainda não se aperceberam das dificuldades que mais ou menos a prazo curto, a empresa vai ter com necessidades grandes, de crédito bancário, até porque era uma empresa que vivia bastante dos dividendos que vinham das participações financeiras nas colónias: Guiné, Angola e Moçambique.

A Cergal está a atravessar uma crise gravíssima. Depois da banca nacionalizada o Banco Pinto & Sotto Maior, que é o principal accionista da empresa, não garantiu aos trabalhadores senão os salários de Abril não tomou compromissos em relação a salários futuros, nem em relação a dinheiros para aquisição de matéria-prima. Portanto, os trabalhadores da Cergal têm pressionado o Governo e neste momento já com o apoio das outras empresas cervejeiras, no sentido de resolver rapidamente o problema. Mas não foi pedida a nacionalização. Foi exigido que o Governo resolvesse o problema da Cergal garantindo o trabalho.

Em relação à Copeja, que está localizada em Santarém: Iniciou a sua actividade apenas há um mês (em Abril), não se sentiram dificuldades financeiras, mas a minha opinião, é que a empresa não tem qualquer possibilidade de viabilidade económica, competindo com as outras empresas cervejeiras em especial com o grupo SCC-CUFP, que tem quase 90% do mercado.

A Imperial só começa a funcionar em Junho, e apresenta exactamente o mesmo tipo de problema que a Copeja — o não ter viabilidade face a um grupo tão poderoso como o SCC-CUFP. Os trabalhadores da Imperial no Algarve — em Loulé — já disseram que não se importavam que a empresa fosse nacionalizada. Não fizeram um pedido de nacionalização.

TAP — TRABALHADOR A — Das 3 pessoas da TAP aqui presentes sou a menos indicada para dar a tradução, de como no plano concreto, a nacionalização se reflectiu na TAP. No aspecto global poderei dar a minha impressão. É escusado dizer que estamos aqui como mandatários de ninguém, embora saibamos sentir, parece-nos, a reacção geral dos trabalhadores da empresa.

No aspecto global parece-me de realçar o seguinte, e tudo poderia começar com uma interrogação. Por que é que as nacionalizações aconteceram depois do 11 de Março e porque é que até então as forças ligadas ao poder chamavam acção contra-revolucionária, ou acção ao serviço da reacção, à exigência de nacionalizações? Parece-me que no plano das realidades a nacionalização nos vários sectores, não foi uma apropriação pelo trabalhador das forças de produção, mas a defesa da classe dominante, para que alterando-se as circunstâncias se mantivesse no domínio da situação, isto é, se mantivesse senhora e proprietária das forças de produção. Isto parece-me muito importante para explicar tudo o que vai acontecendo neste país, neste momento.

Ao trabalhador interessa, na realidade, a nacionalização se isso significar apropriação e controlo dos meios de produção. Enquanto assim não for, não é por passarmos de uma situação de capitalismo liberal a um capitalismo de Estado que daí se infere que o trabalhador passou a ser Senhor das forças económicas e produtivas deste país. No aspecto concreto a nacionalização da TAP, depois da nacionalização dos Seguros e da Banca, significou apenas a apropriação pelo Estado de 11%-12% do seu capital social. (Os Seguros e a Banca detinham já cerca de 88% do poder financeiro da TAP). No aspecto de relações de trabalho, e isso dirá um colega meu, a nacionalização significou não a apropriação pelo trabalhador dos meios de produção e das forças produtivas, mas a disvirilização reivindicativa. Isto é o que se viu na prática depois da data em que foi nacionalizada a empresa, como também se viu que a reacção dos trabalhadores não foi, traduzida em aplauso à decisão do governo e os trabalhadores da TAP nem enviaram telegramas nem fizeram plenários a aplaudir a nacionalização. Porque para eles, no fim de contas e na generalidade, a nacionalização não significou mudança nas relações de produção.

TAP — TRABALHADORA B — O caso TAP dadas as experiências de luta que tem, de facto a nacionalização não alterou em nada o sentimento dos trabalhadores. A empresa desde sempre teve um predomínio do capital de Estado, o que já por si dá uma noção bastante concreta aos trabalhadores de que no Estado burguês, qualquer que seja a sua forma, a questão da nacionalização servirá sempre esse Estado. Por outro lado, a experiência da cogestão, num certo desenvolvimento dos trabalhadores na gestão da empresa também nos ajudou extraordináriamente a termos uma posição, quanto à questão da nacionalização. De uma forma geral parece-me que os trabalhadores da TAP tem já bastante consciência da sociedade em que continuam a estar integrados — sociedade capitalista — o que pretende a burguesia com a chamada Batalha da Produção que mais não é que uma tentativa de salvar a economia capitalista e por outro lado, cada vez mais aos trabalhadores da TAP se põe como resolver de facto os seus próprios problemas.

A experiência de luta na TAP está a levar os trabalhadores a discutirem e a porem os problemas de fundo político. Neste momento caminhamos de facto para uma organização mais profunda e que muito provavelmente os trabalhadores virão a pôr a questão da sociedade em que se encontram e do que há a fazer.

Resumindo: é muito claro aos trabalhadores da TAP que numa economia capitalista as nacionalizações só servem a burguesia. Que também não é através da autogestão que os trabalhadores poderão transformar a sociedade. Não querendo avançar muito porque isto só se põe a uma camada mais consciente de trabalhadores da TAP, a questão que se põe de facto neste momento é a tomada do poder político. As nacionalizações não conduzem a isso, a participação na gestão também não, e que terão de avançar para formas superiores de organização e consequentes formas superiores de luta.

(Conclui no próximo número)

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

SAAL: A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

Algumas questões sobre o trabalho da equipa do SAAL, de Vila Franca de Xira.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Os avanços, dificuldades e determinantes da operação SAAL, tal como ela é actualmente concebida, baseiam-se na iniciat'va popular dos moradores dos bairros degradados e, portanto, em última análise, dependem do nível de consciência política e da capacidade organ'zativa das populações. Só esta consciência e esta capacidade permitirão evitar qualquer «solução» de carácter paternalista ou tecnocrático do problema da habitação, ou apoiando o processo SAAL na sua formulação actual e tomando-lhe a d'recção, ou redefinindo-o em novas bases mais de acordo com os interesses das classes trabalhadoras.

2. Nesta perspectiva, a tarefa das equipas SAAL deve centrar-se, aparte a sua natural função de apoio técnico e jurídico, na dinamização da organização autónoma das populações que, só elas, poderão defin'r e defender os seus verdadeiros interesses.

A composição social dos moradores (proletariado ou pequena-burguesia), as suas condições actuais de habitação, os seus diferentes graus de consc'ência política e a própria perspectiva política dos membros das equipas SAAL fazem com que, necessariamente, o processo SAAL apresente profundas diferenças de bairro para bairro e de região para região.

3. Perante as potencialidades de uma tal mov'mentação, não é de admirar que a ela se oponham toda a casta de reformistas e reaccionários, mais ou menos enfeudados aos partidos políticos, ocupando posições importantes no aparelho de Estado. Esta oposição reveste-se de diversas formas, que vão da tentat'va de oportunisticamente liderar o processo em proveito deste ou daquele partido até ao boicote puro e simples. Neste contexto se inserem toda a série de dificuldades e atrasos reg'stados ao nível de algumas autarquias locais e o bloqueamento dos instrumentos legais e dos meios financeiros impresc'ndíveis para concretizar os objectivos do processo.

CONDIÇÕES EXISTENTES E TRABALHO DESENVOLVIDO NOS BAIRROS DA PEDRA FURADA (V. F. DE XIRA), AVIEIROS (V. F. DE XIRA) E ALVERCA

4. Após seis meses de trabalho, forçoso é constatar um falhanço que, se não se verifica ao nível do cumprimento das diversas e complexas tarefas técnico-burocráticas exigidas pelo esquema actual do processo SAAL, se pode cons'derar total no seu aspecto político que, evidentemente, é fundamental em todo este trabalho.

Não é por acaso que se tem como dado que é à classe operária que, historicamente, incumbe liderar a revolução socialista. Se por um lado isso se deve ao facto de os operários, trabalhando na fábr'ca, sentirem mais clara e nitidamente que ninguém as contradições da sociedade capitalista e o processo de exploração a que estão sujeitos, por outro, *e é o que aqui mais nos interessa*, as suas condições de inserção no processo produtivo *favorecem* a *unidade* entre os trabalhadores, condição fundamental para a luta contra a exploração.

Estas condições não se verificam ao nível de outros sectores da vida social, como nos loca's de habitação. Aqui, a ideologia individualista e pequeno-burguesa dominante cria div'sões constantes e dificulta ao máximo o trabalho colectivo.

Para libertar a iniciativa popular e fazer avançar o processo torna-se então fundamental apoiar tudo o que possa *unir*, e combater tudo o que possa desunir.

É neste ponto que se joga o êx'to ou a derrota da iniciativa do SAAL em Vila Franca de Xira.

5. A situação actual apresenta como aspectos positivos a existência de uma certa mov'mentação ao nível dos bairros em geral, comissões de moradores eleitas, associações de moradores legalizadas.

Como aspectos a combater destacam-se a tendência para descarregar todo o trabalho sobre os elementos das comissões de moradores; uma redução do trabalho colectivo à perspectiva do novo bairro, não se desenvolvendo para qualquer outro aspecto de resolução de outros problemas comuns; fraco nível reiv'ndicativo (a reivindicação apresentada em Abril ao Primeiro-Ministro é man'festamente insuficiente em relação às reais capacidades de solvência de grande parte da população) e tendência para a atitude expectante.

A esta situação corresponde, forçosamente, uma grande desmobilização em relação a cada atraso ou dificuldade, com um consequente recrudescer do div'sionismo.

6. Em conexão com a situação descrita, importa particularizar um pouco de que tipo são e onde têm origem as citadas dificuldades e atrasos.

Em pr'meiro lugar destaca-se a perspectiva política que presidiu à elaboração do orçamento do FFH (12 milhões de contos para a indústria privada de construção e apenas 1 milhão de contos para o SAAL). Em segundo lugar, continua-se à espera de toda uma legislação que perm'ta esboçar a concretização do processo com especial realce para o decreto sobre o financiamento. Em terceiro lugar, a incapacidade técnica do FFH, particularmente no que respeita ao sector de engenhar'a, que mostra não estar em condições de apoiar com um mínimo de rapidez o desenrolar do trabalho. No que se refere à Comissão Administrativa da C. M. de V. F. de Xira, estando reticente quanto à orientação polit'ca (autónoma) que o movimento poderá adquirir, tem facilitado o trabalho ao nível técnico.

7. Quanto ao trabalho de apoio técnico, está terminado o projecto de infra-estruturas do ba'rro da Pedra Furada, assim como o projecto do bairro. Em relação ao bairro dos Avieiros, devido à situação particular dos terrenos a adquirir — sob jur'sdição do Porto de Lisboa e, em parte, ainda propriedade de uma pequena unidade de comercialização de ferro — o processo está mais atrasado. O respectivo projecto está, porém, terminado.

No que respeita ao bairro que irá serv'r um certo número de moradores de Alverca, o trabalho está no seu início. Concretamente em relação aos terrenos possíveis, aguarda-se uma informação da Hidrotécnica Portuguesa sobre as zonas de expansão urbana da vila.

8. Como elemento informativo, dinamizador e de l'gação dos diferentes bairros, pensa-se lançar um boletim regular. Tal boletim, nas actuais circunstâncias, nascerá forçosamente como informação do SAAL, sendo a sua acção e participação alargados de acordo com as necessidades do processo expressas pela act'vidade dos moradores. Um certo insucesso no lançamento de jornais de parede (dos quais ainda se fizeram alguns números), que esbarraram com alguma incompreensão e indiferença, recolocam a questão da elaboração de um verdadeiro órgão informativo e organ'zador.

EQUIPA S. A. A. DE VILA FRANCA

CAMARADA:
A NOSSA SOBREVIVÊNCIA ESTÁ NAS TUAS MÃOS

O jornal «Combate» é uma tribuna aberta à livre expressão de todos os trabalhadores em luta.
É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate no capitalismo.
Mas, se grandes são as lutas dos explorados, são fracos os seus recursos financeiros.
O «Combate», que se apoia somente nos trabalhadores, que não é órgão de nenhum partido ou grupo político, tem de lutar constantemente pela sua sobrevivência económica.
Se achas que o «Combate» tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos oprimidos, apoia-nos tornando-te assinante e tornando assinantes os teus amigos e camaradas.

CAMARADA: COLABORA NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS!

☐ QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º _____
1 ano (26 números) — 90$00; 6 meses (13 números) — 45$00; apoio (anual) — 120$00 mínimo.
Europa (1 ano — 168$00); USA (1 ano 210$00) (por avião).
Angola (1 ano — 207$00).

☐ QUERIA VENDER O COMBATE
Junto envio _____ $
(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C.-D.
LISBOA-4

CONTRA A CORRENTE
LIVRARIA-EDITORA
Lisboa, Porto

A CRISE ECONOMICA ACTUAL NA ESFERA DO CAPITALISMO AMERICANO
João Bernardo

SINDICALISMO E ACÇÃO DIRECTA
Manuel Joaquim de Sousa
Prefácio de Emídio Santana - *a sair*

UM ANO, UM MÊS E UM DIA DEPOIS: PARA ONDE VAI O 25 DE ABRIL? (ECONOMIA E POLITICA DA CLASSE DOMINANTE)
João Bernardo

Pedidos a «Contra a corrente»
Rua do Breyner, 50 / Porto
Rua da Atalaia, 204-206 / Lisboa 2

COVILIMPAL: Democracia directa

(Continuação da pág. 5)

NETO — Sobre este assunto ainda existe o seguinte: dentro da própria Lisnave não era apenas a Servilimpe que executava tarefas de limpezas. Os trabalhadores que se encontram neste momento a executar a limpeza de uns e de outros locais, tenho a informar que os mesmos têm a intenção de contactar a Cooperativa para aderirem ao mesmo fim. Portanto, para deixarem de ser explorados por um patrão que não tem consideração pelos seus empregados e que não lhes paga de forma alguma dentro de um âmbito geral bom, mas para trabalharem para eles próprios e para uma cooperação mútua entre todos os trabalhadores do mesmo sector de trabalho.

PONTA DE LANÇA DE TODOS OS TRABALHADORES DAS SUB-EMPRESAS

COMB. — Do que depreendi do que disse o Neto e a D. Maria das Dores é que a formação desta Cooperativa pode — e deve — ser um incentivo à criação de uma grande Cooperativa. Têm ideias de contactar não só os camaradas que trabalham através da Servilimpe mas contactarem com todo o pessoal de limpeza e depois formar uma grande Cooperativa. É esta a vossa intenção?

NETO — Tenho a acrescentar o seguinte: isto é a ponta de lança de todos os elementos que nesta altura ainda continuam a ser explorados pelos patrões, mas esta ponta de lança tem primeiro que firmar os pés bem assentes na terra e só depois é que vai para a frente. Contudo, irão fazer-se várias progressões ainda bastante lentas porque só após a nossa experiência estar bem determinada, termos determinado alicerces bem firmes é que poderemos dar o apoio, porque isto é uma experiência que não podemos ir de forma alguma avante com uma experiência, sem essa experiência nos ter demonstrado de que é possível dar frutos a todos os indivíduos. Evidentemente, sabemos em teoria que esta experiência é mais que um êxito, mas não desejamos de forma alguma mostrar aos outros camaradas de que não é apenas uma imaginação, mas devemos vincar-lhes que isto é uma realidade; vamos mostrar-lhes que isto é já uma realidade: vocês têm aqui o que foi o nosso ponto de vista, o que foi a nossa luta e aqui têm já o que nós temos e, agora, se vocês querem pois venham ter connosco, façam igual a nós, façam o que desejarem.

COMB. — A Servilimpe até ao momento que esteve aqui na Lisnave o que fez foi unicamente vender a vossa força de trabalho, foi servir-se dos vossos braços e receber um X da Lisnave e depois pagava-vos uma insignificância em relação a esse X que recebia da Lisnave. Através do vosso suor a Servilimpe teve a possibilidade de aumentar, digamos, o seu património.

Queria saber, quando decidiram expulsar a Servilimpe e auto-organizarem-se numa Cooperativa se vos apareceu a ideia — ou não — de expropriarem o patrão no material que utilizaram na limpeza, aqui na Lisnave? Se o não fizeram, porque não o fizeram?

AMORIM — A gente não o fez porque o material que ele cá tinha já não prestava, só cá tinha coisas velhas: vassouras velhas e aspiradores estragados. Portanto, a gente não tirava lucro nenhum disso. E ele podia-se valer disso para não nos pagar o que nos deve. Se ele cá tivesse a máquina que era para limpar o edifício, isso sim, valia a pena não a deixar sair de cá.

DUPLAMENTE EXPLORADOS

COMB. — Todos nós sabemos que a tarefa de empreiteiro é uma tarefa fácil — eu próprio já trabalhei através de empreiteiros no sector metalúrgico — e no fundo são capitalistas sem terem de investir grandes somas de capital. Só têm unicamente que angariar trabalhadores e depois vendê-los a uma outra empresa. Esta empresa, por sua vez, faz os contratos com o empreiteiro e nesses contratos é referida a importância a atribuir a uma determinada tarefa e, por sua vez, o empreiteiro é que vai ver de quantos trabalhadores necessita para executar essa tarefa e depois faz cálculos o que lhe permite obter lucros na ordem dos 100 %, dos 200 % quando não mais. Isto é, o empreiteiro tem lucros fabulosos devido ao seu «trabalho» de angariar indivíduos.

O Neto já ilustrou um bocado aquilo que eu disse, e queria agora que o Neto reforçasse ainda mais esta ideia, que ilustrasse ainda melhor aquilo que acabo de dizer, fornecendo precisamente mais alguns dados sobre os contratos entre a Servilimpe e a Lisnave e assim podemos ver até que ponto é que vai a exploração dos trabalhadores. Explicando melhor, é evidente que a partir do momento que um indivíduo é assalariado é explorado, mas através do empreiteiro é duplamente explorado, porque é explorado, neste caso, pela Lisnave e depois ainda é explorado pela Servilimpe.

NETO — Vou dar alguns exemplos concretos: há diversas subempreitadas das quais eu passo a citar uma de 105 contos para 16 pessoas por 6 horas — isto para a cozinha; depois tínhamos para os vestiários e vigilância — 277 contos; ainda mais: tínhamos para os escritórios, Rocha e Margueira, 299 contos. E podemos referir a título indicativo um caso isolado que é o posto médico: a Lisnave pagava 5500 escudos para essa empresada, mas essa empregada recebia efectivamente pouco mais de 3300 escudos. Este caso isolado foi o que nos chamou mais à atenção e concluímos que este senhor não ganhava muito dinheiro com este caso isolado, mas nos restantes ganhava da seguinte forma: além de todos estes contratos que orçavam os 900 e tantos contos mensais ia a outras secções, portanto, pela porta trazeira, pelo compadre, pelo padrinho, pelo senhor X, pelo senhor Y e conseguia contratos extras. Até como ele entrou cá dentro, salvo erro através do sr. Lamas, foi através de uma falcatrua para concorrer com um outro empreiteiro. Portanto, se existiam 50 mulheres para fazerem um determinado trabalho, essas 50 mulheres eram repartidas para fazerem o trabalho que lhes estava estipulado e mais o outro trabalho que nós determinámos em valor aproximadamente de 100 contos. Ainda mais: quando faltava uma pessoa o seu trabalho tinha que ser efectuado pela pessoa do lado. Ora, o ordenado já era baixo; segundo, tinha-se estabelecido para uma determinada tarefa um determinado número de trabalhadores, mas ele não contente aumentava o número de tarefas e não pagava mais a essas pessoas; as faltas que eram dadas por doença ou por qualquer outro motivo nunca eram cobertas e detectámos, entre outros casos, várias faltas em horas que somavam 657 horas o que dava aproximadamente 20 contos para o bolso do patrão. Quer dizer, existiam tantas coisas que nós poderíamos aqui focar mas agora o que interessa é impor a razão do trabalhador, verificar que ele está mal e é esta contestação directa que nos obriga a avançar. E serão os trabalhadores que terão de sair vitoriosos e nunca os parasitas.

(Continua na pág. 8)

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

NA ORDEM DO DIA/INTER-EMPRESAS: QUE FUTURO?

(Continuação da pág. 1)

«Foi interesse demonstrado logo após o 25 de Abril pelos trabalhadores da DIALAP saber quem na empresa tinha ligações com a PIDE e a LEGIÃO. Foi-lhes respondido pelo engenheiro director que não havia ninguém.

Alguns trabalhadores da DIALAP tomaram sobre os seus ombros o trabalho de ir junto da Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS, L. P. E neste momento já têm nomes de elementos da empresa que fizeram parte das sinistradas organizações, entre eles o médico ao serviço da empresa — comandante de lança da Legião, com vários louvores — mas este assunto está a ter travões por parte dos revisionistas da empresa.

Isto deve-se ao facto de alguns revisionistas ao serviço da DIALAP também terem passado pela Legião, mas os trabalhadores hão-de levar o saneamento até ao fim».

UM TRABALHADOR DA DIALAP

Uma trabalhadora da MELKA ainda deu conhecimento de uma ameaça feita por um dirigente do Sindicato dos Escritórios. Segundo esse dirigente, «ou os administrativos da MELKA aderem ao contrato vertical dos Têxteis e Lanifícios ou não serão sindicalizados!»

Analisou-se, em seguida, a participação da Interempresas na manifestação convocada pelas organizações marxistas-leninistas, no último 1.º de Maio.

Reconheceu-se a desorganização completa da Interempresas, o facto de não ter sido designado um local de concentração e de não se terem constituído piquetes de segurança.

O Secretariado foi criticado por não ter contactado directamente as organizações promotoras da manifestação para a apresentação das palavras de ordem propostas pela Interempresas («NEM MAIS UM SÓ DESPEDIMENTO — TODOS READMITIDOS» e «40 HORAS SEMANAIS, SIM — 45, NÃO!»- foram deturpadas pelas organizações e fundidas numa só («CONTRA O DESEMPREGO — 40 HORAS SEMANAIS»), o que provocou descontentamento entre os camaradas das Interempresas e entre os camaradas presentes na manifestação.

Entrou-se, então, na discussão da linha sindical da Interempresas.

Um camarada do Secretariado iniciou o debate, começando por analisar a progressiva integração do aparelho sindical no aparelho de Estado burguês e apresentou várias provas concretas do actual processo de fascização. Recordou ainda o que já antigamente foi definido: as Interempresas não visam (ao contrário do que afirmam certas pessoas quando nos pretendem atacar) o assalto às Direcções Sindicais.

Concluindo, afirmou não serem as conquistas das Direcções Sindicais ou a construção de sindicatos só para operários que põem os sindicatos ao serviço da classe operária, que os transformam em Sindicatos Revolucionários, fora da alçada do Estado burguês, pois seja qual for a forma que se dê aos sindicatos actuais, esses estarão sempre integrados na engrenagem do estado burguês.

Apontou depois um outro camarada que casos como o do Plenário da Construção Civil (onde dois grupos diferentes de camaradas denunciaram quer o «sindicalismo» praticado pelas direcções sindicais revisionistas e reformistas, quer, até, o clausulado nitidamente fascista dos contratos «Verticais» que essas direcções pretendem impor a todo o custo) reflectem a necessidade de estes grupos se interligarem de modo a formar uma verdadeira corrente sindical de classe, para o avanço da denúncia da fascização sindical e para a luta organizada contra essa fascização.

Um outro camarada referiu-se à dependência (ou mesmo integração) no aparelho de Estado, nomeadamente através da legislação burguesa.

Respondendo às perguntas «Quem está no Estado?» e «Quem pode legislar?», este camarada apontou a burguesia como classe dominante na sociedade actual, podendo até, em casos de tomadas de direcções (Químicos, por exemplo) fazer imprimir as suas forças repressivas.

Apontou, ainda o aparecimento das comissões de trabalhadores e dos grupos de acção sindical como necessidades expontâneas de organização independente dos sindicatos.

Em relação às teorias que preconizam um sindicato só para operários e outro para serviços e quadros, aquele camarada criticou essa teoria considerando-a obreirista, não atentória do fraco índice de industrialização, não havendo portanto uma classe operária suficientemente numerosa para constituir sindicatos operários fortes, considerando ainda a predominância de trabalhadores de serviços (sectores da Electrónica, por exemplo), considerando ainda que o inimigo principal é o patronato e é errado e desmobilizador virar a classe operária contra um inimigo secundário. Segundo esse camarada, existiram efectivamente sindicatos revolucionários mas que não estavam integrados no aparelho de Estado, considerando portanto como solução efectiva a construção de uma corrente sindical de classe (fora do controlo do Estado burguês), não se deve lutar por sindicatos só para operários mas sim fazer com que os serviços verguem ao peso da classe operária. Terminou apontando de novo como única solução para a organização da classe, a construção de uma corrente sindical de classe (que esta sim, não está controlada pelo aparelho de Estado).

Nas próximas reuniões continuar-se-á o debate agora iniciado.

CONTRA O DIVISIONISMO E O OPORTUNISMO

Não duvida a Interempresas do papel revolucionário que os camaradas das diversas empresas e fábricas tiveram no seio da classe operária, pondo a sua experiência da luta e organização ao serviço, e contra o capitalismo.

É evidente que a troca de experiências das lutas travadas e a sua discussão aturada permitiu à classe apurar os erros cometidos e partir duma análise sã para novas formas de luta.

Alguns desses camaradas foram os da EFACE-INEL. Disso não temos dúvidas também.

Contudo a actuação de alguns destes camaradas após a vitoriosa manifestação da classe operária, realizada em 7 de Fevereiro, mudou quase que radicalmente, culminando com o abandono e boicote declarado (embora não oficial), do trabalho sindical — reorganização das INTEREMPRESAS, definição da sua linha sindical, discussão e aprovação de um caderno reivindicativo-tipo para a classe.

MAS VAMOS AOS FACTOS

Na proposta de reorganização e mais especificamente na constituição do Secretariado, houve divergências(?) na integração de determinados órgãos representativos dos trabalhadores no mesmo.

Passou-se então ao debate dessas divergências, ao longo de vários plenários, dos quais participaram activamente bastantes camaradas da C.D.D.T. da EFACEC-INEL.

Não conseguiram contudo fazer com que o seu ponto de vista prevalecesse e fosse aprovado pelos restantes camaradas que intervieram nos debates.

Então é declarado por um elemento da C.D.D.T. que «os restantes trabalhadores da EFACEC-INEL iriam rever a sua posição face às INTEREMPRESAS, e que depois dariam uma resposta».

Ora, camaradas, o que acontecia, e disso temos a prova, é que os camaradas da EFACEC-INE queriam deliberadamente provocar a cisão no seio das INTEREMPRESAS, dado que pensavam já em organizar outras «inter-empresas».

Assim encapotados com a campanha das 40 horas semanais, procuram neste momento levar o seu objectivo até ao fim — organizar outra «inter-empresas», segundo afirmam.

E o mais grave, camaradas, é que além disto essas pessoas pretendem descaradamente levar o divisionismo ao seio da classe. Para isso servem-se de certos golpes para convidarem ou contactarem outros camaradas ou Comissões de Trabalhadores. Além de se servirem do nome das interempresas, eles dizem que estas já acabaram, e as novas são o fruto da reorganização das antigas ao mesmo tempo que caluniam militantes operários, de tudo se servem.

Isto demonstra até que ponto chegam as manobras daqueles que se dizem amigos da classe operária mas no fundo tudo fazem para a dividir e lesar. Como nada acontece por acaso, nós perguntamos qual a intenção que levou esses elementos a pretenderem dividir uma organização que se gerou e forjou na luta, por necessidade e sentir da classe. A quem servem estes elementos?

EM FRENTE POR
UM SINDICALISMO DE CLASSE!
FORTALEÇAMOS A CORRENTE SINDICAL DE CLASSE!

CAMARADA,

participa nas reuniões da INTER-EMPRESAS,

discute os problemas da tua empresa, fábrica ou sindicato;

colabora na manutenção deste boletim.

ÉVORA, DESEMPREGO: A OUTRA FACE DO TRABALHO ASSALARIADO

COMUNICADO DA COMISSÃO DE DESEMPREGOS DE ÉVORA, SOBRE OS ACONTECIMENTOS DE 19 DE MAIO

Em Assembleia de Desempregados reunida a 10 de Maio no Palácio de D. Manuel, com a presença de cerca de 350 pessoas, duzentas das quais em situação de desemprego e após discussão de diversos problemas com que hoje lutamos e alertar para situações de grave injustiça, foi nomeada uma Comissão de Desempregados com as seguintes finalidades:

— organizar os desempregados, na base de comissões de bairro, freguesia, vilas, aldeias;

— recolher e coordenar os dados fornecidos por aquelas comissões;

— encetar contactos com as entidades oficiais e sindicais, pressionando no sentido de se tomarem medidas para a luta contra o desemprego;

— arranjar uma casa ou local de trabalho.

A casa ou o local de trabalho para a Comissão era a forma de podermos contactar o maior número de desempregados, discutirmos e coordenar dados e actividades das comissões. Contactámos, a 12 de Maio, a Câmara Municipal com este fim. Como já manifestámos em outro comunicado, todas as idas e vindas, o vai-e-vem das diversas instituições e serviços do poder de Estado não resultaram. Câmara Municipal, Quartel General, R. I. 16, FNAT, FAOJ, Serviço Nacional de Emprego, etc., tudo corremos e apenas encontrámos boa-vontade e nada de medidas concretas. Pouco adiantou tantas falas. Após três dias de intenso movimento e cansados de recusas e imbecilidade de algumas delas (o caso da FAOJ), tomámos, conscientemente e como única alternativa imediata, a ocupação de uma casa.

Travessa da Tâmara, n.º 6. Enorme casa de 26 salas, cocheira e jardim à cerca de 30 anos abandonada, sem água nem luz ou mobiliário e que nos fez pensar não só do que muito poderíamos fazer com uma casa daquelas (creche, centro de cultura de trabalhadores, convívio, etc.), como do crime que é a existência de casas nestas condições. Nessa noite de 14 de Maio informamos o Q. G. da ocupação e dos nossos intentos. A necessidade da manutenção dos piquetes retirou-nos tempo para activarmos os contactos com outros desempregados, mas mesmo assim estivemos no Serviço Nacional de Emprego e União dos Sindicatos de Évora, solicitando apoio nesta luta que de princípio é comum e numa perspectiva de uma plataforma de actuação imediata e conjunta na luta contra o desemprego e no reforço e aprofundamento da revolução socialista.

A 16 de Maio, a PSP contactou-nos, informando de ordens que possuía para que 2 ou 3 elementos da Comissão se deslocassem ao QG para serem ouvidos por um oficial do Comando.

A 17 de Maio, um major do QG. comunica-nos, em nome do sr. brigadeiro, que a ocupação de casas é ilegal e que, se até 2.ª feira não sairmos tomarão providências para nos desalojarem. Que deveríamos abandonar a casa e propor por escrito os nossos planos de actividade e que o MFA tentaria pressionar a C. M. e o S. N. E. na tentativa de solucionar o desemprego. Todas as nossas razões, por mais justas que lhe parecessem, esbarravam com a ilegalidade da ocupação e de que esta poderia vir a «abrir precedentes».

— Não é este o tempo em que tudo (formas de trabalhar, planeamento económico, leis, etc). deve ser visto numa perspectiva dos trabalhadores? ou continuaremos a obedecer cegamente ao que de irracional se tem consciência? Seremos nós, trabalhadores e desempregados na generalidade que nos temos que vergar ao peso das instituições e dos seus funcionários ou estes que se têm que adaptar aos interesses da colectividade, das massas trabalhadoras?

Após uma reunião que juntou cerca de 50 desempregados, ontem de manhã, dia 19, e após se ter informado da situação presente, foi votado por unanimidade a manutenção da ocupação até à entrega de um outro local para funcionamento da Comissão. A desocupação, para nós, é voltar ao princípio.

Manteremos a ocupação, a não ser que o MFA se comprometa, de imediato, a dar-nos a chave de outra casa. Foi isto o que dissemos no QG ao oficial de dia, tendo este apenas afirmado que as ordens do sr. brigadeiro eram para ser cumpridas.

Cerca de 1 hora da tarde, uma força da PM (Polícia Militar) e outra da PSP tentam iniciar a desocupação. A nossa existência mantém-se. Nós temos a razão, vocês a força. Sair, sim, mas só para outra casa.

Em face da situação de impasse a que se chegou, uma comissão de 6 elementos desloca-se, conjuntamente com o furriel da PM, ao QG para tentar falar com o chefe do estado maior. O que a partir daqui se inicia torna-se só claro a quem lá esteve e custa a acreditar num momento histórico em que tanto se fala da aliança povo-MFA. Cerca de 1 hora e 15 minutos esperámos no pátio de entrada do QG aguardando autorização para falarmos com a entidade acima referida que, entretanto se encontrava em reunião com outros oficiais e o dito furriel da PM. A certa altura chega ao QG uma secção do piquete do R. I. 16, armados de G-3. E no momento exacto em que o furriel da PM sai com esta secção que tudo se nos torna claro: mantiveram-nos ali para nos dividir dos nossos companheiros. Ao pretendermos retornar para junto deles, verificamos que estamos detidos, uma vez que o sargento da guarda, em nome do Comando, dá ordens para não nos ser permitida a saída. O entrar no QG para dialogar, vira-se em detenção sem culpa de qualquer espécie. Minutos depois, uma carrinha da PSP conduz-nos à Esquadra desta polícia onde ficamos detidos para declarações até cerca das 6 horas da tarde, por ordem do Quartel General.

Entretanto, na casa ocupada, utilizando os bastões e as armas, os nossos companheiros, aos empurrões, são postos fora, depois de se ter utilizado a mentira, dizendo o furriel que a Comissão que tinha ido ao QG já tinha falado com o Comando e que tudo estava resolvido.

— Será isto ilusão ou história bem montada para denegrir o MFA e dar trunfos à reacção? Ou estarão sombras maléficas mexendo os cordelinhos deste bando de desempregados que não querem é fazer nenhum?

— Ou será que os elementos que compõem o MFA não são todos iguais e que enquanto uns louvam a iniciativa popular e os esboços organizativos (comissões de moradores; saneamento; vigilância; desempregados, etc.) e aprendem a maneira de se interligarem, fundirem com a luta diária pelo socialismo outros, como aqui em Évora tentam boicotar todo e qualquer movimento e iniciativa das classes trabalhadoras?

Para nós é quase inacreditável esta prática de certos elementos do MFA detendo, sem culpa formada 6 elementos da comissão e utilizando a violência para expulsar os desempregados que se encontravam na casa ocupada e tudo isto após termos estado por diversas vezes no QG, ora solicitando apoio ou informando da grave situação em que alguns desempregados se encontram, sem quaisquer meios de subsistência.

Exigimos pois, das entidades responsáveis uma atenção franca e imediata sobre o grave problema do desemprego e a tomada de medidas imediatas e reafirmamos, aos companheiros desempregados a urgente necessidade da nossa organização.

Évora, 20 de Maio de 1975

Comissão de Desempregados

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

SOLDADOS PRESOS EM ANGOLA: OS PORQUÊS

Com pedido de publicação recebemos dos Soldados e Milicianos do Batalhão 6220/74, presos na Casa de Reclusão em Luanda, o Manifesto que publicamos seguidamente. Para a análise dos factos pode-se consultar o Combate n.º 23 de 16 de Maio.

Aos soldados e marinheiros, operários e camponeses, intelectuais progressistas, estudantes revolucionários, aos democratas

No dia 26 de Junho de 1975 vai ter lugar no 2.º Tribunal Territorial de Angola em Luanda, o julgamento sumário de 23 dos 300 soldados do B. ART. 6220, que no dia 12 de Fevereiro de 1975 sanearam 4 oficiais, pertencentes ao comando do Batalhão, notórios fascistas que diariamente reprimiam e humilhavam os soldados.

Porquê apenas 23 soldados e milicianos vão ser julgados, se foi um Batalhão em peso que se levantou para dar o devido correctivo à sanha repressiva de que o comando sempre fez uso para reduzir os soldados a meros instrumentos dóceis nas suas nojentas mãos? Porque esta é a lógica de todos os militaristas burgueses e reaccionários: dividir para reinar, isolar para melhor poder reprimir, caluniar para fazer recuar os soldados e marinheiros na sua justa luta de emancipação. Esta é a teoria das minorias activas dos cabecilhas, dos bodes expiatórios. Nós estamos presos, vamos ser julgados e condenados, enquanto os oficiais fascistas do nosso Batalhão continuam impunes à solta, reprimindo outros camaradas nossos.

Este é o primeiro julgamento político de soldados após o **25 de** Abril, e por incrível que pareça um julgamento de anti-fascistas fiéis à justa luta do Povo Português. Pedem-nos vigilância revolucionária e quando apontamos os fascistas e os desmascaramos, metem-nos na prisão e preparam-se para abater sobre nós a «justiça» dos Regulamentos militares fascistas do RDM e do Codigo de justiça militar que serviram às mil maravilhas os regimes fascista-colonialistas de Salazar e Caetano. Será isto a Democracia e a Revolução Socialista de que diariamente fala o MFA e o Conselho da «Revolução»?

Desde quando se avança para o socialismo com fascistas no exército? E mais, com um criminoso exército colonial-fascista? Com uma «vanguarda revolucionária» integrada por criminosos de guerra colonial? Não serão os soldados quem melhor reconhece os fascistas que conspiram dentro do exército colonial-fascista? Forçam-nos a vir para Angola, iludindo-nos com as promessas de que vinhamos defender os interesses do Povo Angolano. Mas então como se justifica que continuam a morrer milhares de angolanos? Também nos disseram que vinhamos defender as vidas e bens dos portugueses cá residentes. Mas então como se justifica que eles morram e sejam obrigados a partir e com tudo isto como justificar a morte de soldados nesta nova guerra? É que de facto acabou-se com a guerra colonial mas noutra mais brutal é envolvido o Povo Português. Somos forçados a concluir que os soldados e marinheiros estão seguindo interesses inconfessados.

Desde quando um exército colonial-fascista até 24 de Abril de 1974 se transforma a si-próprio em exército popular em 25 de Abril de 1974, se a sua estrutura repressiva se mantem intacta?

Pelos vistos somos considerados criminosos ainda piores que os bufos, pides, legionários, ou social-fascistas spinolistas conforme tidas nos golpes reaccionários do 28 de Setembro e do 11 de Março, que continuam bem instalados nas prisões eternamente à espera de um julgamento que nunca mais chega, quando são mesmo libertados.

A nossa luta foi uma justa luta contra o fascismo e por uma verdadeira democratização do exército.

Daqui lançamos um alerta aos soldados e marinheiros, aos operários e camponeses e a todo o Povo português.

O Fascismo continua vivo e teima em levantar a cabeça

Não ao julgamento militar fascista
libertação imediata e incondicional dos antifascistas presos
Morte ao fascismo!

Luanda, Casa de Reclusão de Luanda, 17 de Junho de 1975.

COVILIMPAL: UMA FORMA DE DEMOCRACIA DIRECTA

(Continuação da pág. 6)

COMB. — Pois, mas o que isso quer dizer é que enquanto um trabalhador da Servilimpe ganhava cerca de 20 escudos, o patrão ganhava, por vezes, o dobro, ou o triplo, ou ainda mais.

NETO — o patrão pagava em média não chegava a 20 escudos e recebia 27 escudos por um lado e 37 por outro, por cada trabalhador. Mas isto era nos contratos directos. Os contratos indirectos iam aumentar esta dose, mas como? Ele não pagava ao mês, pagava conforme as horas que o trabalhador tivesse trabalhado, isto ainda mais aumentava esta dose. Quer dizer, o bolo era uma espécie de uma bola de neve que ia sempre crescendo,

COOPERATIVA: UMA FORMA DE DEMOCRACIA DIRECTA

COMB. — Até à formação da Cooperativa podemos dizer que vocês tinham dois patrões: a Lisnave e a Servilimpe e com a expulsão desta e, por conseguinte, o vocês terem-se organizado na Cooperativa foi uma machadada na exploração a que estavam sujeitos, apesar de continuarem a ser explorados pois continuam a vender a vossa força de trabalho à Lisnave. Mas, sem dúvida que vocês deram um grande passo em frente. A partir deste momento são vocês próprios que controlam e dirigem — em certa medida — o fruto do vosso trabalho. Mas em casos idênticos de outros camaradas que também se auto-organizaram correram este perigo: deixaram de trabalhar para um patrão mas passaram-no a fazer para um outro que, na generalidade, é a Direcção da Cooperativa. Alguns camaradas nas análises que fazem sobre estes factos dizem que é devido ao facto de as pessoas que estão à frente da Cooperativa serem pessoas boas ou más, serem pessoas honestas ou desonesta; quanto a mim, isto é um problema de organização que não tem nada a ver com a honestidade ou desonestidade das pessoas, mas sim com as formas de organização que se adoptam. Isso já não acontece se todos os trabalhadores que estão auto-organizados tiverem um controlo directo e total sobre a sua Cooperativa. Isto é, se não delegarem os seus interesses na Direcção mas serem eles todos a decidirem e a Direcção ter funções unicamente executivas e de coordenação.

Queria saber até que ponto é que os trabalhadores desta Cooperativa têm o controlo total sobre a mesma e não delegaram esse controlo na Direcção. Isto é, que daqui para o futuro não há o perigo que sejam vocês, Direcção, os novos patrões, os substitutos da Servilimpe.

AMORIM — Isto é controlado através da assembleia geral. Pensamos fazer uma assembleia geral mensal para dar o conhecimento das despesas, dos lucros, da vida da Cooperativa.

Convém acrescentar que os indivíduos que foram eleitos para a Direcção continuam a executar as tarefas que até aí executaram nos seus locais de trabalho, isto é, não largaram o lugar deles para vírem para a direcção. Quer dizer, é um trabalho duplo: faço o meu trauuiho normal e depois ainda faço o trabalho da Cooperativa mas este não vai prejudicar ninguém porque não é remunerado.

MARIA DAS DORES — Penso que o sr. Amorim não respondeu concretamente à pergunta deste camarada. É de salientar que a Cooperativa também tomou para empregada de escritório uma rapariga com o curso de contabilidade e, portanto, penso que essa rapariga mais a Direcção (ela é presidente da mesa da Assembleia para que foi eleita pelos trabalhadores) vão dar satisfação de contas a todos os trabalhadores, ou na altura em que cada trabalhador o exigir porque a meu ver os trabalhadores de uma Cooperativa devem estar sempre todos ao corrente da vida dessa própria Cooperativa porque afinal é como se fosse a vida da sua própria casa e cada um na sua casa tem que saber aquilo que tem, aquilo que deve e aquilo que guardou.

COMB. — Daquilo que foi dito, e a Cooperativa ainda está no início como disseram os camaradas, mas há aqui pontos fundamentais, que são correctos: um deles é —a trabalho igual salário igual; o outro é precisamente os camaradas que foram eleitos para a Direcção não terem abandonado os seus locais de trabalho. Em casos semelhantes os camaradas eleitos transformam-se em funcionários. Isto é, abandonam os seus locais de trabalho e a partir desse momento são os novos chefes e, geralmente, depois o resto dos trabalhadores já não os vêem como camaradas de trabalho, como seus iguais, mas como os novos patrões. Isto não acontece neste caso porque vocês foram eleitos para a Direcção da Cooperativa porque são as pessoas mais activas, são pessoas da confiança dos outros trabalhadores, mas, por outro lado, não abandonaram os seus locais de trabalho. São estes dois pontos fundamentais.

Como agora há uma nova situação, queria saber em que bases é que agora estão feitos os contratos entre a Cooperativa e a Lisnave?

NETO — Antes do 25 de Abril a Administração da Lisnave ao firmar um contrato e ao pretender comprar uma mão-de-obra ao mais baixo preço possível teve sempre em mente o seguinte (eu não defendo aqui os patrões, defendo a classe trabalhadora e é com ela que estou e sempre estarei): foi nunca estabelecer um contrato com qualquer empreiteiro sem ter em mente, pelo menos, o ordenado mínimo nacional acrescido de 50% para as despesas da própria empresa que contratavam e ainda 10% para lucro dessa própria empresa. Era sensivelmente nesta base que eram feitos os contratos, mas conforme o montante do contrato ia crescendo esses 10% iam sempre decrescendo.

Neste momento a Lisnave teve um ponto de vista social e humano em relação à vontade de todos estes trabalhadores da Cooperativa. Ora, com despesas enormíssimas que estes trabalhadores tiveram sobre as suas cotas, a Lisnave ao mesmo tempo que os auxilia emprestando-lhes determinada quantia de dinheiro para a compra de novas máquinas que no fim de contas se vai traduzir em melhoramento de trabalho em relação à própria Lisnave, essas máquinas serão descontadas em prestações mais ou menos módicas. A Lisnave nos contratos que faz convencionou um determinado lucro para a Cooperativa, lucro esse que é posto à aprovação. Ora, evidentemente que esse lucro já vem estudado de cima e os trabalhadores poderão sempre dizer: pois, nós não aceitamos este contrato por este preço mas pelo preço que nós desejamos. Mas em virtude de termos colocado pessoas que realmente se identificam com as classes trabalhadoras e não com os patrões, portanto, as pessoas que firmam estes contratos já não fazem parte da Administração. Suponhamos que era o próprio pessoal da Lisnave que executava estas tarefas, então verificaríamos que o preço/hora seria triplicado — digo isto como exemplo. Ora, em relação à própria Cooperativa pois já há a hipótese, por exemplo, em vez de se lhe dar um, dar-se-lhe um e meio. E é dentro desta base que os trabalhadores que estão a

adjudicar o contrato para esta Cooperativa fazem-no dentro da ordem dos 10% lucro/limpo. Evidentemente que esse lucro/limpo não se pode traduzir em relação aos encargos porque estes serão amortizados dentro de 2, 3, 4 ou 5 anos. De qualquer forma é um cálculo de contabilidade analítica que foi estudada. Ainda: a Cooperativa não está em favor em relação à Lisnave e até inclusivé as próprias instalações, como manda o contrato, pagam uma determinada cotização, portanto, a Cooperativa quer trabalho e quer organizar-se.

COMB. — Uma outra coisa que acontece com as empreitadas é que enquanto as empresas necessitam desses trabalhadores, enquanto têm trabalho para esses trabalhadores está tudo muito certo, mas quando o trabalho acaba vão para a rua e depois ou arranjam uma outra empreitada ou ficam desempregados. Queria saber como é que isto se processa aqui na Lisnave, se há garantias do trabalho ser indeterminado porque é necessário diariamente fazer limpezas, ou se o contrato é por alguns dias ou por alguns meses?

F. AMORIM — Os contratos tiveram a compreensão de todos os trabalhadores e da parte administrativa. Fundamentalmente esse foi um ponto que eu frizei na reunião de delegados, portanto, a continuidade desta Cooperativa de trabalhar cá dentro. Não haver possibilidades, de hoje para amanhã, de começar a meter aqui um empreiteiro para fazer uma limpeza ou duas. Pois isso nós não consentiremos de maneira nenhuma. Portanto, se não entra aqui ninguém, a Cooperativa tem continuidade. Se o trabalho que eles executam fosse um trabalho relacionado com a produção, então conforme ela variasse também variava o número de pessoas a trabalhar, mas o trabalho que eles executam é de limpezas e todos os dias é necessário fazer limpezas e assim não há possibilidades de prescindir-se desta ou daquela pessoa, mas, pelo contrário, há tendências a aumentar o número de pessoas, porque cada vez se abrem mais refeitórios, cada vez se abrem mais balneários. Conforme a empresa vai aumentando de capacidade também mais postos de trabalho são necessários. Se são necessários mais postos de trabalho para a Lisnave, também serão necessários mais posto de trabalho para a Cooperativa. E todos esses contratos são canalizados através da Cooperativa.

COMB. — Os contratos são feitos numa base mensal?

F. AMORIM — Os contratos são feitos mensalmente e renovados semestralmente, isto é, são pagos mensalmente e renovados semestralmente.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

COMB. — Você já falou um pouco sobre as condições de trabalho no tempo da Servilimpe. Pode adiantar mais qualquer coisa sobre este ponto?

GALHETAS — Nunca me deram luvas, só distribuiram umas botas e um fato-de-macaco e lavavam-se os vidros simplesmente com água e praticamente não nos davam panos e nós é que tínhamos de os arranjar; escadas para se lavaram os vidros tinha que eu ir pedi-las.

LURDES — Com respeito a esta questão das luvas nós trabalhávamos com lexívia, chegávamos a andar com as mãos todas queimadas e eu fui uma das que estive 8 dias com baixa por causa das mãos queimadas pela lexívia. Pedia luvas ao patrão e ele dizia que a Lisnave não lhe pagava para dar luvas ao pessoal.

NETO — Está estabelecido através dos estatutos da Cooperaitva que a distribuição de lucros no fim-do-ano é proporcional ao trabalho de cada um. Assim, aqueles que menos faltarem, por certo, que irão ter mais lucros. Existe aqui um fundamento muitíssimo lógico.

Temos de verificar que a própria Lisnave não é paternalista, temos que verificar que a Administração da Lisnave é capitalista e não é pelos nossos bonitos olhos que a Lisnave assina um contrato com esta Cooperativa e era a terceira empresa de limpezas que vinha até à Lisnave e que se viam forçosamente obrigados a recorrer a outras empresas de limpezas porque os trabalhos prestados não agradavam à Lisnave. E assim a Lisnave psicologicamente sabe que os trabalhadores se vão interessar por todo este trabalho e então é aí que está este paternalismo aparente, pois nós damos o trabalho desta forma e daquela mas não queremos reclamações.

COMB. — É natural que apareçam todas estas manobras quer do patronato, quer dos seus lacaios. É a própria lógica do capitalismo: é tentar dividir os trabalhadores para melhor os subjugarem. Ora, o problema que o Fernando levantou de as pessoas não estarem devidamente conscientes, as pessoas terem vivido (e continuam a viver) de um individualismo terrível, debaixo de uma subjugação terrível, é natural que essas pessoas desconfiem, neste momento, de um projecto que está a nascer e não é somente com palavras que nós lhes vamos dizer que isto é que vai ser bom, que isto é nosso. É evidente que as pessoas menos conscientes vão ficar de pé atrás em relação ao próprio projecto. É tarefa de todos os companheiros mais conscientes da Cooperativa, da Lisnave e outros camaradas, mesmo que directamente nada tenham a ver com a Cooperativa, que conversem com esses companheiros e que lhes mostrem quais são as vantagens das pessoas se auto-organizarem, não trabalharem para terceiros, mas trabalharem para eles próprios, eles próprios usufruirem do seu trabalho. Ora, mas isto é só paleio, mas o fundamental para as pessoas verificarem o que é melhor e o que é pior é através da prática, através do quotidiano. Para que esses esclarecimentos teóricos não se tornem num vazio é necessário que sejam ilustradas através da prática. Costuma-se dizer que é a prática o melhor critério e é através da prática que as pessoas vão avançando, que se vão consciencializando.

Qual é a direcção da Cooperativa para que possíveis interessados vos possam contactar?

AMORIM — A nossa direcção provisória é: Rua PP8, n.º 8-3.º Dt.º — Alto das Barrocas — Laranjeiro.

Execução gráfica: MIRANDELA & C.ª - LISBOA-2 • Administração e Redacção (provisória): AV. SANTOS DUMONT, 48, R/C.-Dto. - LISBOA • Distribuidora: VASP — SOC. TRANS P. E DISTRIB., LDA.
Delegação no Norte: Apartado 193 — VILA NOVA DE GAIA